



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 31ª Audiência Pública de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde 2/11/2022.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas previamente no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência acontece em decorrência de um requerimento que foi apresentado pela Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que foi acionada pela sociedade civil, e aqui estamos. Faço a abertura e conduzirei os trabalhos por alguns minutos e, sem seguida, passarei a condução para a Vereadora Silvia.

Convido, para compor a Mesa, os Srs.: José Armênio de Brito Cruz, Secretário-Adjunto de SMUL; Fernando Henrique Gasperini, arquiteto – SMUL, que não está presente; e Patrícia Saran, Assessora de Participação Social – SMUL, já conhecida de todos; Dra. Taissa Nunes Vieira Pinheiros, Defensora Pública do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que está *on-line*; Rosana Yamaguti, Assessora do Gabinete – SMUL. O Secretário de SMUL se faz representar pelo José Armênio, pela Patrícia e também pela Rosana Yamaguti. Compõem a Mesa, ainda: Vereadora Silvia da Bancada Feminista e Vereador Toninho Vespoli.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Um representante da Frente São Paulo pela Vida para estar presente na Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quem é o representante? (Pausa) Do Conselho Municipal, Toni Zagato; é isso? Só fale seu nome inteiro, por favor? (Pausa)

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Toni Zagato, membro da Frente

São Paulo pela Vida e membro do Conselho Municipal de Política Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vereadora Ely Teruel está também conosco *on-line*. Tem a palavra, Vereadora.

A SRA. ELY TERUEL – Quero desejar um bom dia e dizer que estou acompanhando *on-line* a nossa audiência, tenho certeza de que será muito proveitosa. Bom trabalho a todos, estarei aqui acompanhando, pois estou em uma agenda externa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Ely Teruel.

Peço aos senhores que estão presentes conosco para que ocupem os lugares sentados, para que fiquem em pé apenas os assessores das Comissões e dos Vereadores. Esse espaço, em função do momento que estamos vivendo, não pode ser ocupado além do número de assentos.

Agradeço a presença de todos vocês. Espero que o espaço consiga acolher todos. O tema de hoje é Participação Social na Revisão do Plano Diretor, conforme Requerimento URB 38/2022 de autoria da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, aprovado na reunião ordinária do dia 19/10/2022 pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Passo a palavra à Sra. Patrícia Saran, para apresentação em nome da SMUL. Obrigado. (Pausa)

Antes da Patrícia, passo a palavra ao José Armênio de Brito Cruz, Secretário-Adjunto de SMUL. Obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigado, Paulo. Eu pedi para fazer uma breve introdução antes da Patrícia, que nós convidamos para vir apresentar sobre o processo participativo dessa revisão. Eu pedi que a Patrícia viesse fazer a apresentação de como estamos fazendo – no gerúndio ainda, porque o processo de participação ainda está em andamento – a revisão intermediária do Plano Diretor.

A Secretaria mobilizou os recursos humanos e a inteligência que estavam lá dentro para desenvolvimento e exposição desse processo participativo. É importante dizer que somos uma Secretaria técnica. Então, os recursos técnicos da Secretaria que está lá – não só nesta

gestão, mas que já estão lá há algum tempo -, que inclusive elaboraram originalmente o Plano Diretor em 2013, quando eu, por exemplo, estava fora da Prefeitura, estava no IAB nessa época -, esse pessoal técnico é que está fazendo a revisão técnica do Plano Diretor.

Eles desenvolveram um diagnóstico dividido em três etapas. O primeiro, o diagnóstico, que pergunta: “Os objetivos do Plano Diretor foram cumpridos?”, “Em que medida nós conseguimos nos aproximar da Cidade que o Plano Diretor aprovado em 2014? Nesses oito anos, em que medida nós conseguimos nos aproximar dessa Cidade prevista em 2014?”. Então, a partir das aprovações, do levantamento do cadastro das aprovações nas diversas regiões da Cidade, isso tudo foi exposto no *site* <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>, desenvolvido por Planurb, que é uma coordenadoria da nossa Secretaria e exposto na primeira fase do Plano Diretor.

A partir daí, a gente conseguiu concluir a reafirmação do escopo das diretrizes e estratégias do Plano Diretor, o que definiu o escopo da revisão conforme o artigo 4º do Plano Diretor. O artigo 4º é bastante aberto, mas discutimos bastante internamente com a Procuradoria na Secretaria, inclusive, que a gente precisava determinar esse limite. Ou seja, a revisão intermediária do Plano Diretor não vai limpar os objetivos do Plano Diretor nem as estratégias do Plano Diretor de 2014. Ela vai verificar como funcionaram os instrumentos para a viabilização dessas estratégias. Esse foi o objetivo que nós colocamos na revisão intermediária do Plano Diretor. Essa primeira etapa, então, era a etapa de diagnóstico, com a definição do escopo dos objetivos da revisão do Plano Diretor.

A segunda etapa do Plano Diretor, em cuja fase de conclusão nós nos encontramos agora, é a etapa das propostas, para receber propostas em função do diagnóstico exposto para receber e buscar propostas que efetivem o aprimoramento desses instrumentos. E a terceira fase é a fase de discussão da minuta que virá para a Câmara, para a revisão intermediária do Plano Diretor.

Esse processo todo foi feito com uma participação importante, e um direcionamento, e uma participação bastante ativa e efetiva, do Conselho Municipal de Política Urbana. Então,

neste ano de 2022, nós, em cada etapa do processo, expusemos, voltamos, pusemos metodologias, retornamos e buscamos aprimorar.

Eu só quero concluir dizendo que a equipe técnica que desenvolveu o diagnóstico, que conseguiu, a partir das propostas... É que tem muita proposta que recebemos que não está efetivamente ligada ao Plano Diretor, mas, sim, a outra lei, não ao Plano Diretor, necessariamente. Mas, a partir das contribuições da população, nós estamos conseguindo, tecnicamente, viabilizar a elaboração de construção de propostas para melhorar esse Plano Diretor que foi aprovado em 2014 e que tem a previsão de conclusão, efetivação, até 2029.

É importante que o escopo desse diagnóstico foi exposto. Recebemos milhares de propostas via internet, via audiências, via oficinas, em todas as audiências setoriais, audiências públicas gerais, reuniões do CMPU, que são os representantes para a discussão da política urbana. E todo o resultado que a equipe técnica elaborou está exposto no *site* planodiretor, ou também no *site* gestaourbana, no link Plano Diretor.

Eu fiz essa introdução breve apenas para falar sobre o esforço da Secretaria, direcionada pelo Marcos Gadelho, com a Prefeitura mobilizando os seus recursos para tornar esse processo o mais participativo possível.

Eu participei de todas as etapas e eu vi que o conhecimento da população em relação ao Plano Diretor não era exatamente o que poderíamos imaginar. Ou seja, conseguimos, nesse processo, aprofundar o conhecimento da sociedade com relação ao Plano Diretor. E pessoas conseguiram começar a elaborar contribuições para o diagnóstico e para as propostas. Estamos nessa etapa.

A Patrícia vai expor o processo de participação – e acho que, inclusive, vai mostrar um porque vídeo das etapas da nossa participação.

Eu agradeço o convite da Câmara ao Paulo, à Silvia, à Secretaria.

Agradeço a presença de todos vocês. Agradeço também poder estar aqui com vocês.

Fico na Secretaria à disposição de vocês para qualquer esclarecimento.

Peço que a Patrícia inicie a apresentação do relato da participação social no processo

de revisão intermediária do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Obrigado, Armênio.

Antes de passar a palavra à Patrícia, gostaria de esclarecer que as inscrições serão feitas aqui, à nossa direita, e, ao término da fala da Patrícia, as inscrições físicas estarão encerradas. É natural. É o que fazemos em todas as audiências públicas.

As inscrições *on-line* já estão todas conosco.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Saran.

A SRA. PATRÍCIA SARAN – Obrigada, Dr. Paulo.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar, bem como todas e todos presentes nesta audiência, as Vereadoras Silvia da Bancada Feminista, Ely Teruel, que nos ouve também, os Vereadores Paulo Frange e Toninho Vespoli. Muito obrigada pelo convite, pela oportunidade de expormos o processo. E também cumprimentar a Defensora Pública que nos acompanha, a Sra. Taíssa Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Patrícia, eu vou pedir para você falar um pouquinho mais alto. Mais perto também do microfone.

A SRA. PATRÍCIA SARAN – Trouxemos uma apresentação. Peço a gentileza para colocarem, e aí eu vou falando um pouquinho sobre como se deu esse processo.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. PATRÍCIA SARAN – O primeiro *slide* tem uma linha do tempo.

Enquanto eles abrem, vou falar um pouquinho.

O Plano Diretor previu essa revisão intermediária. Foi sancionado em 2014, com duração até 2029. E previa uma revisão intermediária para avaliar a aplicação, para avaliar se o desenvolvimento urbano da cidade estava seguindo na direção pretendida. E este prazo aconteceu em 2021, ainda quando estávamos em um momento da crise pandêmica bem acentuada. A Secretaria iniciou os trabalhos para a revisão, mas eram muitas agendas virtuais ainda.

Eu ainda não estava acompanhando o processo participativo. E, a partir de 2022, eu assumi essa coordenação do processo, e replanejamos as agendas, estratégias e as abordagens para discussão pública, sem desvirtuar o método que já tinha sido adotado, ouvindo o CPMU, em especial, ouvindo o Ministério Pública, a Defensoria Pública também, que nos acompanha, para ajustarmos da melhor forma e fazermos essa análise juntamente com a sociedade civil.

Agora eu preciso da linha do tempo para mostrar para vocês.

Essa é a tela de abertura.

Aqui estamos no segundo *slide*, o primeiro é somente uma abertura.

Eu estava contando um pouquinho para vocês desde a aprovação do projeto, em 2014. Em 2021, quando a revisão, propriamente dita, começou, estávamos ainda numa situação pandêmica mais grave; as agendas, a maioria, eram virtuais; havia um questionamento intenso do Conselho com relação ao diagnóstico, material e análise prévia do que foi a aplicação do Plano Diretor Estratégico até o período. E, dos processos participativos que eu já coordenei, é sempre importante a Prefeitura apresentar o material para fomentar a discussão; e, em cima do material, evoluir para as etapas seguintes.

Diante disso, foram realizadas reuniões temáticas com o Grupo Técnico de Trabalho do CPMU. Eu cheguei nesse momento e começamos a rever, repactuar a agenda do processo participativo. Havia um conflito de prazos, uma questão de formatos, até que conseguimos pactuar a etapa um do processo participativo, onde iríamos apresentar o diagnóstico desenvolvido pela Secretaria e abrir o diálogo com a sociedade civil.

Esse diagnóstico foi publicado em abril de 22, onde seguimos com a etapa um, para as discussões. Depois, houve uma suspensão – vou até mostrar.

Podemos seguir para o *slide* seguinte.

Abrimos a etapa um com a publicação do diagnóstico da aplicação do Plano Diretor. E nós fizemos 50 atividades participativas. Foram 52 dias de consulta pública. E neste período tivemos 2433 participantes, exceto números de consulta eletrônica e de visualizações também.

Passamos a adotar um formato híbrido em que muitas pessoas por não estar presencialmente na agenda, acompanham virtualmente. E percebemos que, no decorrer, há uma apropriação orgânica do material desenvolvido, quando acompanhamos o desenvolvimento das audiências, das agendas que foram divulgadas pelo streaming, percebemos que, gradualmente, mais pessoas vão se envolvendo com o conteúdo. E nesse período nós recebemos também 5.679 contribuições.

O que foi tudo isso? Nós tivemos, antes ainda de abrir o processo de consulta pública, nós fizemos uma reunião com todos os conselhos participativos, para falar sobre a importância de eles se envolverem, como representantes eleitos da sociedade, da importância de envolver a sociedade, de se empenhar nessa divulgação e participar também.

Tivemos a consulta *on-line* na plataforma Participe+, com 2538 respostas e 1.073 interações. Fizemos 32 oficinas presenciais, que foi um pedido insistente do Conselho Municipal de Política Urbana. Reunimos 1.716 participante e tivemos 2.977 contribuições. Também fizemos nove audiências temáticas, com 576 participantes, mais 2058 visualizações e 121 contribuições – essas visualizações têm a data porque vai mudando a cada dia.

Também tivemos três reuniões com o segmento, onde tivemos 141 participantes, 564 visualizações e 30 contribuições até 23/09 – essa data é um marco quando encerramos a Etapa 1 e começamos a Etapa 2.

Além disso, fizemos também dois encontros com os povos indígenas que moram na cidade de São Paulo, tanto na região de Parelheiros quanto na região de Jaraguá, sempre no intuito de envolvê-los na política. Foi uma agenda muito interessante. Sempre trabalhamos com a inclusão, então entendemos que eles devem estar incluídos nas agendas, nas subprefeituras, nos processos. Mas, nas visitas, percebemos que eles querem que nós entremos no território deles, que nós conheçamos a cultura dos povos originários. Então é uma regra um pouquinho inversa. Mas foi muito produtivo. Foram dias de imersão da equipe dentro da aldeia, uma conversa bacana, que rendeu frutos, e, inclusive, contribuições.

Nesse período, fizemos duas reuniões com o Conselho Municipal de Política Urbana,

para o debate específico do tema da revisão. E também tivemos um encontro com o Comusan e com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a convite deles. E foi uma reunião muito bacana.

Aí, logo que começamos a Etapa 1, há uma decisão judicial que suspende temporariamente o processo por conta de acessibilidade comunicacional nas plataformas digitais. Então houve um período de 43 dias de suspensão judicial, que resultaram em 55 dias de suspensão do processo, porque, depois que lá foi liberada, voltamos a nos reorganizar para as publicações, para reiniciar as agendas. E foi um período em que a secretaria fez um freio de arrumação, vamos dizer assim – aprimorou as plataformas digitais e também aprimorou a forma de apresentar, a forma de se comunicar.

Neste *slide*, falamos um pouco dessa questão da suspensão temporária que eu falei – os prazos, os tempos.

Foi um momento muito interessante, de muito aprendizado. E transformamos um pouco a abordagem para que aquilo seja continuado e multiplicado nos demais processos participativos, não apenas para revisão do Plano Diretor Estratégico.

Mais um *slide*.

A Etapa 2 começou dia 23 de setembro e foi até o dia 26 de outubro, os dias de consulta. E o que foi a Etapa 2: é quando pegamos todo o material da Etapa 1, das contribuições, o que a sociedade contribuiu com o diagnóstico apresentado, e avalia o que deve ser, ou não, entendido como revisável nessa etapa da participação. Vale ressaltar que essa revisão é pontual, de ajustes, onde objetivos e diretrizes do plano não serão alterados. Então é uma revisão mais refinada. Então, dados os termos da lei, dadas as contribuições que entraram, que foram apresentadas ao Executivo, a Secretaria, a equipe técnica, desenvolveu um escopo de revisão, o que não é estruturante e que um dia a Secretaria iria avaliar a possibilidade de um ajuste, a possibilidade e a necessidade de um ajuste. Esse escopo foi publicado, numa sistematização de todas as contribuições recebidas. E, com essa publicação, tanto da sistematização quanto do escopo proposto, retomamos as agendas participativas.

Antes dessa retomada, também foi realizada uma reunião com o Conselho Municipal de Política Urbana, pois, quando da definição da Etapa 1, ficou acordado que, para as agendas das Etapas 2 e 3, nova reunião com o Conselho seria realizada, para conversarmos sobre as propostas de agendas a serem realizadas.

A reunião aconteceu em setembro, acho que dia 15, antes da abertura, e propusemos percorrer os colegiados temáticos já instituídos da Prefeitura, a maioria deles, para discutirmos, com essas pessoas que representam a cidade, as propostas para a revisão do Plano Diretor. Também foi combinado que iríamos abrir o Participe+, a plataforma digital. Só que, como recebemos muitas queixas sobre a plataforma, sobre o uso da plataforma no celular, nós também viabilizamos um formulário eletrônico a título de experiência para facilitarmos o recebimento dessas contribuições. E foi uma experiência muito exitosa. Entendemos que o portal precisa ser aprimorado, precisa evoluir, só que é um portal da Secretaria de Gestão. Então estamos nessas tratativas, e não tínhamos como esperar a Secretaria rever ou pensar, então experimentamos isso também para avaliar como deve ser aprimorado.

Além disso, encaminhamos o Processo 6 para as 32 subprefeituras, em que todas as praças de atendimento receberam contribuições da sociedade. Muitas subprefeituras fizeram agendas, coordenadas por esse planejamento descentralizado, quando fizeram diálogos, a depender das características de cada subprefeitura. Mas isso foi um movimento voluntário de cada uma delas. E também recebemos diversas propostas pelas praças de atendimento. E, além disso, a realização de um seminário para a discussão de propostas, onde, junto com o CMPU, iríamos organizar a metodologias, os painéis, as propostas, quanto os convidados.

Foram 30 dias de consulta pública. Nesse período, ocorreram 20 atividades participativas, mais de 940 participantes – também não considerando a consulta eletrônica e a visualização; e também não considerando as pessoas que se envolveram nas agendas dos substitutivos. Esses números envolvem os conselhos e o seminário. Tivemos 1636 propostas. E 207 propostas que entraram na Etapa 1, para aqueles que já quiseram apresentar propostas para a revisão, que aceitamos, mas que foram analisadas nesses momentos, resultaram em

2629 subpropostas.

Queria explicar rapidamente: quando recebemos um documento, um calhamaço de informações, contamos como uma proposta recebida. Mas, dentro deste documento, muitas vezes, há mais de uma proposta colocada para outros temas, enfim.

Então, nós fizemos a consulta *on-line*, como eu falei. Pelo Participe Mais, foram 411 propostas e, pelo formulário eletrônicos, 661 propostas. A consulta presencial, em subprefeituras, nos rendeu 444 propostas. Nós fizemos 18 encontros, 18 reuniões de colegiado, onde a gente solicitava a pauta para esses colegiados, envolvendo 78 colegiados, todos os conselhos participativos, todos os Cades Regionais, o Cades Municipal e o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência foi uma agenda muito bacana que a gente fez também. E, nessas agendas, foi uma série de colegiados. Foram 120 propostas que identificamos. E, na última sexta-feira, realizamos um seminário acadêmico, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde a gente reuniu 293 pessoas que acompanharam a apresentação de quatro painéis que envolveram os temas, que envolvem o escopo da revisão do Plano Diretor Estratégico e, até ontem, a já havia 941 visualizações desse seminário, que foi transmitido pelo *streaming*. E, como eu falei, acaba sendo uma constante. As pessoas retomam, quem não pôde participar. Até poderia, mas entende que depois assiste, e assim vai se apropriando do conteúdo.

Vou passar para o próximo *slide*, que é a etapa 3. A etapa 3 é quando a gente vai apresentar a minuta do projeto de lei; e ela vai ser o resultado da análise de todas essas contribuições que eu acabei de citar aqui, da etapa 2, que entraram para nós. A proposta é que ela entre também numa plataforma digital, para contribuições, e a gente vai continuar com o formulário eletrônico, porque foi uma ferramenta bacana, pois melhorou o acesso à população.

Junto com o CMPU, houve indicações. A gente realizaria duas audiências públicas virtuais e uma audiência pública presencial sobre a minuta. Vamos também realizar uma nova rodada de reuniões com todos esses colegiados com quem a gente conversou.

Finalizado esse processo, as contribuições vão ser analisadas por um refinamento

da proposta de minuta colocada. O Executivo vai definir uma minuta final; e a gente faz uma audiência devolutiva, para mostrar o resultado de todo esse processo no âmbito do Poder Executivo. Não se encerra a participação social ainda, porque é o momento onde o Executivo define o que vai propor para o Legislativo, que vai remeter para essa Câmara Municipal, para reabertura do processo participativo e agora com a coordenação dos Vereadores, tanto aqui presentes quanto os demais presentes desta Casa.

É isso. Acabou. São só essas as informações. Eu agradeço muito a presença e a participação. Vejo muitos rostos aqui conhecidos. A gente está no meio desse processo. Ele não está finalizado. A interrupção causou uma diminuição na velocidade, mas depois a gente retoma também essa dinâmica com as consultas e a gente espera que isso só aumente e contribua cada vez mais, que isso seja um processo contínuo para todo o planejamento da cidade.

Vereador, muito obrigada. É isso que eu tinha a colocar.

Sr. Presidente, a gente tem um vídeo, um *teaser* rapidinho sobre as oficinas. Será que a gente podia passar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está bom.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

As inscrições presenciais estão encerradas.

Tem a palavra o Sr. Toni, para que faça a apresentação.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Bom dia a todos, todas e todes.

Agradeço o Vereador Paulo Frange e a Vereadora Silvia Ferraro, da Bancada Feminista. Cumprimento os demais Colegas de mesa, mandatos, enfim, e sobretudo cumprimento, agradeço e parablenizo as pessoas da sociedade civil, que se disponibilizaram a vir aqui, nessa manhã, para estar num auditório. Como há pessoas ali fora, fica bastante evidente que isso já demonstra a insuficiência de a participação social estar contida num espaço tão pequeno, num espaço que não pode decidir a vida de doze milhões de pessoas da maior diversidade possível do Hemisfério Sul deste planeta. É a maior cidade do Hemisfério Sul, com

gente de todas as origens possíveis, de gêneros, de diversidade de gênero, de raça e de classe.

A gente já tem aqui um demonstrativo importante de como não se pode ficar o processo de decidir as nossas vidas, porque é disso que a gente está tratando quando a gente está falando sobre plano diretor, concentrado dentro de gabinetes ou de pequenas salas que não comportam todas as pessoas com todas as suas realidades, realidades que enfrentam, como falta de moradias, enchentes e falta de serviços de saúde.

Se a gente pensar que o cuidado foi com o número de pessoas da Covid, eu, por exemplo, vim de ônibus e tem havido uma redução do número de ônibus que passam. Portanto, há maior lotação dentro dos ônibus e maior espera nos pontos de ônibus. Então, não pode haver esse contraste entre a vida real e o discurso que é proferido aqui dentro dessas bonitas salas, que devem ser da casa do povo.

Então, só me apresentando rapidamente, meu nome é Toni Zagato. Sou arquiteto e urbanista, membro do Conselho Municipal de Política Urbana, que é o conselho que, em tese, deve ser o espaço democrático de decidir sobre o rumo do planejamento que vai afetar doze milhões de pessoas. E quando a gente fala de doze milhões de pessoas, eu ainda lembraria, para além dos seres humanos, todos os animais, todos os seres vivos que habitam essa cidade, estejam na Guarapiranga, estejam na Cantareira, estejam na Cidade Tiradentes, estejam em Perus e no Centro de São Paulo, dentro dos parques, enfim. Todos eles são afetados por esse processo que a gente está falando aqui agora. E por isso é importante a gente não restringir essa participação a pequenos grupos de poder.

No meu Mestrado, fui estudar sobre participação social e eu gostaria, por favor, para a gente projetar a apresentação na tela que a gente preparou.

A gente já pode começando a comentar alguns aspectos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Bom, colocado que são doze milhões de pessoas, quantas pessoas compõem esse conselho do qual eu faço parte e outros colegas que estão aqui também integram? São 60 pessoas. Então, evidentemente que essas 60

peças não detêm o conhecimento sobre a realidade de doze milhões de pessoas. Então, se a gente não quer ser autoritário e se a gente não quer elitista e reproduzir em visibilizações e opressões, a gente tem que abrir esse diálogo o mais amplamente possível.

Dentro dessas 60 pessoas, 26 são da própria Prefeitura, 30 são da sociedade civil, não empresarial e 4 são de empresas, que estão inclusive representadas, porque têm negócios, nas cidades, que interessam muito, sobretudo da construção civil, da construção imobiliária. Mais do que a construção civil, o mercado imobiliário, em termos de grandes bancos, enfim, grandes construtoras, estão representados também nesse conselho.

O que acontece é que essas reuniões ocorrem durante o horário comercial. Então, já existe uma dificuldade para quem é a da sociedade civil, que trabalha, em estar participando delas, enquanto a Prefeitura está fazendo o seu próprio trabalho, participando delas.

Então, é muito fácil que a Prefeitura tenha, nessas reuniões - e eu as acompanho desde outubro do ano passado - os seus 26 membros presentes e a sociedade civil desfalcada, inclusive porque há um assento que nunca será preenchido, porque a Prefeitura extermiou esse conselho, que é o conselho de orçamento participativo, que é o conselho que deveria decidir sobre o dinheiro nosso no território, para onde vai. A Prefeitura extinguiu esse conselho. Então, esse assento já não há.

E aí a Prefeitura tem esse bloco de pessoas que, muitas vezes, nem abrem a tela. Elas votam sempre com a Prefeitura; são 26 pessoas votando exatamente igual à Prefeitura em toda reunião. Então, aí a gente já tem um déficit democrático, porque a balança já está produzida pelo próprio Poder Público, sendo desequilibrada. E aí a gente já tem um confronto com o que a lei federal e a Constituição, aquele pacto, aquele suposto pacto que deve nos unir em torno de um regime democrático, desde 88, diz, a partir da sua lei sobre as cidades, que é o Estatuto da Cidade, lei de 2001. E aí, no seu artigo 2º, bem no começo da lei, no seu inciso II, fala que a política urbana, ou seja, nós, Conselho Municipal de Política Urbana, a Prefeitura e todo mundo devem ser regidos por alguns objetivos. Devem ser orientados por uma gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da

comunidade em formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Bem, aí a gente já tem então um contraste com a notícia ao lado. Como é que a população em situação de rua - que cresceu brutalmente, durante a pandemia, em função de despejos feitos semanalmente, colocando gente na rua, quando as pessoas já não tinham renda suficiente para pagar pelo aluguel, gente na rua durante a pandemia - como é que essas pessoas participam? Porque, se eu estivesse nessa situação, procuraria sobreviver. Eu não estaria participando de audiência pública, em reunião. Enfim, eu queria pagar boleto e pagar comida minha e dos meus parentes. Aí a gente vai ver esse contraste, esse abismo ir se alargando entre o começo da revisão e o momento em que nós estamos aqui.

E a Prefeitura - segundo o próprio discurso, como a gente vê inclusive nas audiências, como a gente já viu agora - tem um discurso, mas nem todo discurso corresponde à prática, ao resultado que se quer a partir desse discurso.

Então, ali, a Prefeitura, no próprio *site*, fala: “A Prefeitura não pode definir sozinha o planejamento da cidade, a realização de um processo participativo amplo, democrático e transparente com toda a sociedade. É essencial, para que, ao final do debate, a cidade tenha um plano diretor mais sintonizado com as necessidades e expectativas de todos os cidadãos; expectativa, realidade.

A gente vê que o ex-Secretário foi trocado na virada de ano. Ele tinha vídeos ali e participava em eventos com um agente especificamente, Secovi, a casa do mercado imobiliário. Está no *site*. Não sou eu que estou dizendo. É o Secovi que está dizendo. É a casa do mercado imobiliário.

E aí ele tinha tempo para fazer essas reuniões com o Secovi, mas, quando a Frente São Paulo pela Vida pedia as reuniões com o Secretário e com o Prefeito, aí não tinha tempo. A agenda sempre está... Há muita coisa a fazer.

A gente tem um vídeo ali também. Eu não sei se é possível...

Se for possível, senão a gente volta. A apresentação ali, o vídeo era também do

Prefeito agora, em setembro de 2022, junto ao Lide. Lide é um grupo de lobismo empresarial, cujo Presidente, antes de ser eleito Prefeito e Governador, era João Doria. Então, o Prefeito agora, em setembro, estava falando que, na revisão, a gente tem que enviar. E há uma parte. Eu sugiro depois que entrem. Ele fala assim: “Eu não posso falar muita coisa, porque pode dar problema.” O Prefeito fala isso. Eu não sei de que problema se está falando, porque ele fala que o Ministério Público atrasou. O Ministério Público estava querendo garantir a participação social de pessoas com deficiência na revisão, no processo.

Então, há ali o Prefeito falando que o Ministério Público está segurando, porque está exigindo que as pessoas participem. Enfim, é meio estranho.

Mas vamos passar então para as próximas, porque agora a gente vai ver as contradições concretas entre o discurso e a prática.

Podemos passar para o próximo slide.

Nós enviaremos, até o final de 2022, a revisão do plano diretor no Lide, em setembro agora de 2022.

Bom, e aí esse movimento, esse coletivo, a Frente São Paulo pela Vida foi constituída, no início do ano passado, com quase 500 organizações, reivindicando democracia, reivindicando fundamentalmente democracia em função da vida, porque democracia e vida não estão dissociados. Só existe vida mesmo em regime democrático. O autoritarismo se rege pela morte. Ele se rege por poder violar, omitir e invisibilizar corpos, porque ele tem poder. A democracia limita os poderes autoritários.

Então, é por isso que a gente, dentro da São Paulo pela Vida, reivindicou, numa carta em junho do ano passado, quinze pontos, onze dos quais foram, até agora, total ou parcialmente ignorados, inclusive um que é básico, o direito ao acesso à informação, para que todas as pessoas que estão aqui e fora daqui possam entender como, dentro da Prefeitura, foram sendo tomadas as decisões numa linha cronológica. É como se você vai ao médico: Se o médico perde o seu prontuário, o que acontece? Você tem que explicar de novo porque você está doente. O médico precisa saber de onde você parte, qual é o seu estilo de vida, seus hábitos, seus

costumes, como você come, quanto você trabalha e como você circula, porque senão...

O diagnóstico de uma cidade tem algumas similaridades. Você precisa diagnosticar onde estão os problemas a partir das pessoas apontando os problemas para, então, propor soluções, porque senão vai falar que tem remédio, que resolve covid quando não resolve, o que resolve é vacina, então não bate.

A gente tem hoje dezenas de processos, um fragmentado chama SEI, Sistema Eletrônico de Informação, vários processos SEI dispersos em que você não consegue acompanhar o processo decisório. A Prefeitura joga um processo para isso, cria outro processo para isso. Então a gente que é conselheiro voluntário e que não recebe um real para isso, a gente faz porque a gente acredita no que está fazendo, que a gente acredita que democracia rege qualidade de vida, está vinculada a melhor moradia, melhores condições de moradia, melhor saúde, enfim, a gente fica sem condições porque a Prefeitura está dizendo como é.

A gente tem esses exemplos de reuniões que são feitas, apesar de a gente pedir reuniões muito mais qualificadas, que são negadas, mas são feitas com outras entidades.

Posso passar, por favor? Acho que eu tenho mais uns cinco minutos, então são exemplos aqui. Eu vou pedir para passar novamente.

E aí a gente tem um problema. Serve ao processo participativo esse tipo de diagnóstico que conteúdo, forma e comunicação são tudo junto? Porque o conteúdo é comunicado de um jeito ou de outro. Então quando uma pessoa fala “pacto”, que foi pactuado, o que significa? Que supostamente está todo mundo de acordo, não é? Não houve pacto, o que houve foi imposição por maioria, então pacto não é imposição, pacto é construção de consenso. Não houve isso, houve votos significativos de quem está dentro do Governo falando de como tem que ser.

Tem um pensador alemão, filósofo chamado Walter Benjamin que falava que a história oficial é a versão dos vencedores. Por quê? Porque os vencidos não têm espaço na história. Então o que a Prefeitura está fazendo? Ela está vencendo, então ela está impondo a sua narrativa, a sua versão de história sobre esse processo de revisão, enquanto dezenas,

centenas de organizações da sociedade civil, milhares de pessoas estão falando “Veja bem, não é essa versão de história, vocês estão produzindo, forjando isso”.

Vou tentando concluir.

E aí a gente começa a ver problemas, a gente vê perguntas que são enviesadas, ou seja, elas induzem você. “Você quer sarar?”, o médico te pergunta. Você vai responder “não”? “Não, eu quero ficar doente, seu médico, eu quero ficar doentão.”

É isso que se faz com o planejamento urbano. Eu sei disso, eu sou urbanista, eu já vi isso muitas e muitas vezes.

E aí a gente vê baixíssima participação e aí, apesar dessa baixíssima participação e em função dela, desse processo, a gente vai vendo que muito do que é colocado não diz respeito ao processo de planejamento, diz respeito... Por exemplo, buraco na rua é um problema. Enchente é um problema. Mas tudo que é problema da cidade, de zeladoria, é resolvido pelo processo do Plano Diretor? Não. Resolve com ter funcionário público, ter gente fazendo fiscalização, tendo gente no Psiu, tendo gente no controle ambiental, tendo gente na Sehab, na moradia, tendo gente.

Mas não, é falado “Olha, é só inválido”, então só sobra 43% daquilo baixíssimo que é feito.

Podemos passar.

Só que isso tem uma versão, isso está sendo contado de uma forma dentro do *site* da Prefeitura. A Prefeitura fala que... Bom, no *site* da Prefeitura mal tem algo. Tem no *site* da Secretaria da Prefeitura que está conduzindo isso, que é SMU, e ela lista, como listou agora nessa apresentação, uma quantidade imensa de ações. Só que para quem pensa em números, dinheiro, enfim, número, número, número, número parece que é muita coisa. Só que qualitativamente não vira, não vira porque as pessoas continuam não sabendo o que está acontecendo. Elas só ficam falando “Olha, Plano Diretor está em curso”.

E aí a gente tem dois... Eu acho que eu... Vamos ver se a gente consegue... Tem como transmitir esses vídeos? Porque aí são aqueles bem rapidinhos. (Pausa) Bom, qualquer

coisa a gente passa no finalzinho, só para caminhar aqui, para não deixar.

E tudo isso está traduzido em números, então de dez milhões, e isso é um censo desatualizado, dez milhões de pessoas, 0,016% participaram. Não sei que democracia é essa. As oficinas presenciais, as cadeiras vazias dizem mais do que qualquer coisa. As reuniões dos Cades também, as pessoas levantando problemas que dizem respeito ao meio ambiente que não dizem respeito necessariamente ao Plano Diretor. Mas isso sendo produzidos grandes materiais com uma linguagem digna das melhores agências de *marketing*, “olha, nós temos os relatórios, nós temos o diagnóstico”, e tudo. Só que expectativa e realidade...

E aí tanto o é que até o Ministério Público, esse que, enfim, atravancou ou processo porque queria que gente como deficiência tivesse o direito de participar no destino das suas vidas ao longo... pelos menos até 2029, porque os objetivos têm de ser cumpridos até 2029 e a maioria deles não foi cumprida e muitos deles estão na etapa zero por cento até agora, até 2029. Se não foi feito de 2014 e 2021...

Então, em suma, o que a gente tem? Um diagnóstico que... expectativa e realidade... não diagnostica porque faltam dados técnicos, científicos, completos e verificáveis, cuja população tenha formas de compreender num único lugar, reunido, o processo decisório linearmente, cronologicamente. Mas isso tudo está sendo dito pelas instâncias oficiais, seja para a Casa do Povo aqui, com os colegas vereadores, para a Justiça, para a Defensoria, para o Ministério Público, para a imprensa, para todo mundo que “olha, é a melhor revisão possível que a gente está fazendo”, assim, embora a gente não tenha espaço para comportar gente dentro de um auditório”. Porque, enfim, os ônibus podem estar lotados, mas o auditório não.

A escuta da população, não ouve ninguém, exceto membros privilegiados como esses que têm YouTube na internet falando diretamente do Executivo, do Prefeito, do secretário com essas pessoas, e o diálogo com os representantes da sociedade civil é um monólogo. Porque, como eu disse desde o início, quando você tem maioria, você impõe, você usa do seu poder, da sua autoridade e você fala “É assim que será feito. Se vocês querem votar contra, votem contra. A gente vai vencer e nós faremos a história”. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Tempo já. Muito obrigado, Toni, pela apresentação.

Vou passar a palavra para a Vereadora Silvia, por cinco minutos. Obrigado, Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes. Queria cumprimentar todos que estão na Mesa, Presidente Paulo Frange, representantes do Executivo, Vereador Toninho Vespoli, Vereadora Ely Teruel que está acompanhando.

E queria cumprimentar especialmente os moradores da Ocupação Porto Príncipe que estão presentes. (Palmas) E acredito que na sua grande maioria são imigrantes haitianos, mostrando que a revisão do Plano Diretor vai ter que, sim, incluir os imigrantes nas propostas, porque moram aqui, residem aqui na nossa cidade, são acolhidos na nossa cidade e têm que ter os direitos na cidade de São Paulo. (Palmas)

Também queria dizer que tem representantes aqui do Belenzinho, do Jardim Manacá que fica lá em Parelheiros, e também da Avenida Inajar de Souza que fica lá na zona Norte.

Queria falar que hoje a gente viu aqui o contraditório, vimos aqui a opinião, a representação do Poder Executivo que tem conduzido esse diagnóstico em relação à revisão do Plano Diretor, e vimos também a opinião da Frente São Paulo pela Vida, do qual o nosso mandato também participa, integra, e que tem uma opinião bastante crítica desse processo até agora.

E queria dizer que nós, em relação ao processo que foi conduzido até agora, do processo de diagnóstico e da participação, uma coisa que eu gostaria de perguntar para o Executivo é saber quais as propostas que, mesmo esse processo tendo sido, na nossa opinião, bastante limitado, mas quais são as propostas que foram trazidas pela população, principalmente população da periferia, dos bairros, e que vão ser acatadas na minuta que será entregue, acredito que em breve, pelo Poder Executivo para ser uma primeira minuta em relação ao projeto do Plano Diretor. E se nós vamos saber, dentro dessa minuta, quais as propostas trazidas pela população e quais as propostas trazidas pelo Executivo e também pelo setor empresarial.

Quando a gente fala que tem que ter participação popular, que tem que ter bastante audiência pública, não é só porque a gente gosta de audiência pública, não é só porque a gente quer a participação popular. Não é uma questão só de achar que isso é metodologicamente mais democrático, mais inclusivo, mais participativo.

A gente gosta, é óbvio que a gente gosta dessa participação, mas essa participação popular tem um objetivo, que é que essa revisão do Plano Diretor tenha a cara do povo, tenha a cara de quem mora na periferia, tenha a cara de quem está nas ocupações, tenha a cara de quem precisa lutar pela moradia digna. Mas não só por isso, que tenha a cara de quem quer preservar os rios, que quer preservar a natureza para que a gente não viva numa cidade só de asfalto; tenha a cara de quem quer preservar os patrimônios históricos da nossa cidade, tenha a cara de quem é o povo pobre e trabalhador da nossa cidade.

Por quê? Porque se não tiver participação popular, o Plano Diretor vai ficar com a cara de quem? Vai ficar com a cara das grandes construtoras, das grandes imobiliárias, da especulação imobiliária, daqueles que têm interesse econômico e lucrativo de... (Palmas)... de achar que o espaço público, quando olha o espaço público, não olha o espaço público “ah, aqui eu quero uma casa para eu morar, para eu viver com dignidade”, não. Olham o espaço público pensando em quanto vão lucrar naquele espaço público, pensando que se tiver mais garagens no edifício vão poder vender o metro quadrado mais caro, pensando inclusive que se estiver no centro da Cidade, perto dos museus, vão poder vender o metro quadrado mais caro.

Então vejam que são olhares não só diferentes, mas muitas vezes antagônicos. E que nós, enquanto bancada do PSol - estamos aqui eu e Toninho -, mas acredito que mais vereadores podem ser convencidos - estou aqui com o nosso Presidente que acredito que também tem essa sensibilidade – que nós queremos que o Plano Diretor tenha a cara da população mais pobre, aquela que mais precisa, aquela que precisa viver... (Palmas)... viver na nossa cidade, porque a cidade é da maioria e a maioria dessa cidade é o povo pobre e trabalhador, povo negro, povo migrante, o povo que precisa de uma cidade digna e para ter condições dignas de vida.

Então por tudo isso é que a gente quer a participação popular, e por tudo isso que eu digo que, assim que essa minuta chegar aqui e assim que esse projeto de lei enviado pelo Executivo chegar, nós precisamos garantir que continue tendo o processo de participação popular conduzido pela Câmara Municipal de São Paulo. Quanto mais participação tiver, mais a cara do povo vai ter. Por quê? Porque faz pressão, porque os atores vão dialogar e porque isso pode, sim, modificar o projeto.

Então aqui na Câmara Municipal nós vamos lutar, nós vamos reivindicar que, assim que chegue o projeto, haja audiências públicas por regiões e também por subprefeituras, para que a população possa estar presente... (Palmas)... de forma presencial e possa estar opinando e conduzindo o que nós queremos com essa revisão do Plano Diretor.

O Plano Diretor Estratégico é um patrimônio, sim, de uma conquista. Não é que ele é perfeito, ele não é perfeito, mas foi uma conquista popular e que nós queremos garantir que nele esteja, sim, a cara do povo de São Paulo.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Silvia. Presente também o Vereador Nomura.

Eu vou passar a palavra para o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Bom dia a todas e a todos. Queria cumprimentar o Presidente Frange, a Silvia, em nome deles cumprimentar a Mesa, em nome do Toni cumprimentar toda a população que está aqui e o pessoal da Frente São Paulo pela Vida.

Bom, pessoal, eu estava aqui na época do Plano Diretor. Para mim é visível e impactante a diferença da participação popular naquele momento e agora. A Silvia colocou aspectos interessantes da importância da participação popular. Eu vou colocar outro aspecto que eu acho que é a lei. Nós todos temos que seguir a lei e a lei fala que a revisão tinha de ter, ou tem que ter um nível de participação popular igual à época do Plano Diretor.

E, assim, por mais esforços que a gente possa falar que a Administração está fazendo, o que eu percebo é que faltam elementos simples. Na minha região, falei da zona Leste,

por exemplo, na hora que ia fazer as oficinas a gente percebia o empenho da Subprefeitura de conversar com as lideranças locais, de conversar com associações de bairros, de conversar com pastores, de conversar com padres, porque esses conversam com muita gente, e você conseguir encher as oficinas.

Hoje a gente não vê nenhuma movimentação. As coisas são publicizadas meio que burocraticamente, sem realmente uma efetivação para buscar essas pessoas para participar. Isso para mim é muito evidente na minha região, por exemplo, e eu tenho certeza que isso é em toda a cidade de São Paulo.

Outro elemento que eu também percebo é que as coisas hoje são tratadas com a Prefeitura tudo de modo muito digital. Claro que o modo digital é importante para a participação popular, só que a grande maioria das pessoas – eu vou falar das pessoas mais periféricas, onde eu também moro -, não tem acesso, porque às vezes não tem pacote de dados, ou porque é uma área de sombra e nem se a pessoa tiver pacote de dados vai conseguir acessar as informações. Então na hora que a Prefeitura opta prioritariamente só pelos meios digitais ou por passar as informações nesse sentido, você já está excluindo de cara um monte de pessoas de participar desse processo. Isso também eu acho que é um elemento para se pensar.

Outro elemento é que eu sou professor e eu tenho certeza, sou convicto como professor, que eu não ganho o aluno a discutir qualquer coisa, porque eu sou professor de matemática. Se ele não começar a entender o básico, ele não vai entender lá na frente a equação e aí ele começa a achar aquilo chato.

E quem é que gosta de participar de coisa chata? Ninguém, não é isso? Para você participar você tem que entender o que está acontecendo. As pessoas – e aí eu falo que a Administração tem que fazer essa reflexão –, tem um equívoco no processo de divulgação de todo o processo, mas também já do diagnóstico. Por quê? Porque se você chegar no Cades, por exemplo, que são pessoas que participam, que têm um histórico de participação popular, você chegar no Cades e mais ou menos quase 50% das propostas são propostas que não têm nada a ver com o Plano Diretor, são propostas importantes, mas que não têm nada a ver com o Plano

Diretor, é que tem um equívoco muito grande aí. Não é possível que as pessoas que têm um histórico de participação popular vão lá e colocam propostas que não têm nada a ver com o Plano Diretor. Então um equívoco de método aí enorme. Não é possível que as pessoas que participam não têm noção das coisas. Não, elas não estão entendendo o que estão fazendo ali, qual que é o processo das coisas.

E aí não adianta só apresentar números, porque os números não equivalem nem ao entendimento das pessoas, porque transparece que está tendo uma participação popular e o processo estão sendo democrático, números frios, mas isso não contempla o que as pessoas deveriam ter de entendimento para realmente participar.

Outra questão: se a gente for comparar esses números com os números da época do Plano Diretor, eles estão muito abaixo. Por isso, a Prefeitura tem que pensar no que está acontecendo para que os números de participação atuais estejam tão menores, sendo que boa parte dos que pertencem a esse número não está entendendo o processo. Para mim, participação popular significa participar do processo e se ter um entendimento para poder opinar. Se a pessoa não entende e opina equivocadamente, ela não está participando de um processo realmente democrático, no meu ponto de vista.

Eu vou ter que me retirar porque eu faço parte da CPI do Polo Petroquímico e vou ter que participar da reunião, que iniciou às 11h, e, como são cinco Vereadores, eu não posso faltar. Mas vai continuar aqui o meu assessor até o final desta audiência. Antes de me retirar, eu gostaria de deixar um questionamento à Prefeitura e eu espero que esclareça quais foram os mecanismos de divulgação do chamamento desta reunião à população, qual foi o empenho das subprefeituras e das Secretarias e o que foi realmente feito para essa divulgação para que a população pudesse participar. Fora a questão da participação, gostaria de saber como foi passado esse conteúdo para as pessoas para elas poderem opinar depois do diagnóstico e como foi divulgado esse diagnóstico, se teve palestras e discussões ou se foi simplesmente divulgado em alguns lugares como se fosse um *site* congelado.

Como professor de matemática, eu sei que esses assuntos são muito técnicos e nem

sempre a pessoa, só batendo olho, entende. E, se a pessoa não entende, ela não participa, porque passa a ser chato. Então, qual foi o empenho da Secretaria, por exemplo, em fazer com que essas questões chegassem em uma linguagem popular, um pouco mais de fácil para a população? Eu digo até mim, porque os termos técnicos são muito difíceis. Eu estou me colocando como população, porque, às vezes, é muito difícil.

Eu queria saber não só dos números, mas do processo, o que a Secretaria fez para envolver a sociedade – porque não tem como negar que esses são muito baixos –, qual a avaliação da Secretaria do porquê de esses números de participação estarem tão baixos, o que ela deixou de fazer, ou fez de forma equivocada, para que chegássemos a essa situação. É um fato, não dá para negar os números de agora e os de um tempo atrás. Ou coisas deixaram de ser feitas ou não foram feitas a contento, e a Secretaria tem que expor isso aqui. A gente não pode imaginar que está tudo bem e que foi feita muita coisa quando os números dizem outra coisa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Indago dos Vereadores Nomura e Ely Teruel, presentes virtualmente, se querem se manifestar. (Pausa) Não responderam.

Antes de passar a presidência à Vereadora Silvia, eu gostaria de fazer um relato.

Eu estava aqui em 2002, quando nós tivemos o nosso primeiro Plano Diretor efetivamente com participação popular. O Plano de 1988, do Jânio quadros, época da ditadura, veio para cá e, naquela época, não se aprovando na Câmara por decurso de prazo, ficou valendo aquilo que estava escrito. Não teve participação, não pegou, não valeu, ninguém falou dele e é como se não tivesse passado por aqui. O Plano de 2002, na época da Prefeita Marta Suplicy, teve uma participação bastante interessante, porque não tinha participação pela internet e todos os perímetros da Lei de Zoneamento, aprovada em 2004, foram descritos um a um.

Nós aprovamos nesta Casa um Plano Diretor com 31 cartilhas, livrinhos, e mais um outro, geral, uma para cada subprefeitura. Nós tínhamos uma situação de zoneamento, vinda do

Plano Diretor, para cada subprefeitura. Era muito difícil a compreensão de tudo aquilo. Uma coisa que, por exemplo, podia em Pinheiros, não existia e não podia lá em Itaquera. Então, a cidade ficou como se estivesse dividida em 31 outras cidades, cada uma com uma característica que veio de lá. Quando da gestão do Prefeito Haddad, nós fizemos o Plano Diretor de 2014, do qual eu participei, conduzido pelo Presidente Nabil Bonduki, que teve muita participação popular, porque, naquele momento, nós precisávamos criar um Plano Diretor que fosse compatível com a realidade da modernidade daquele momento. Com mais de mil participações, na época, mais de quatro mil informações que vieram da sociedade foram incorporadas. Foram mais de cem audiências públicas, com uma participação muito grande. Em seguida, veio a Lei de Zoneamento, em 2016, da qual eu fui o relator, também com a mesmo perfil de participação popular, um número enorme, porque, além de tudo, ele já estava referenciado.

Hoje nós temos um Plano Diretor, de 2014, que foi premiado fora do Brasil, na ONU Habitat, e reconhecidamente muito bom que atendeu aos mais pobres com certeza.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É importante explicar o porquê. Quando a gente pega uma primeira avaliação dos primeiros quatro anos depois do Plano Diretor aprovado em 2014, em relação à lei anterior aprovada nesta Casa, nós aumentamos 400% a mais de construção de imóveis com menos de 50 metros quadrados.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não, mas esse número não é meu, ele está publicado. Bom, quem duvidar, que entre lá e questione, porque esse não é um número do Governo, mas da própria estrutura que acompanha tudo isso. Eu não torço para nenhum Plano Diretor, mas para um trabalho que foi muito bem-feito aqui. Hoje o Nabil está na equipe de transição, e ele não caiu aqui por acaso, é um especialista.

Os apartamentos de 50 até 70 metros quadrados tiveram um número aumentado muito menor do que esses 400%, e os apartamentos maiores de 70 metros quadrados, muito menor ainda. Houve um aumento muito grande lá, e também deixamos uma marca histórica que

o mundo não tem. Eu desafio encontrarem em algum lugar no mundo áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social específicas, garantidas como áreas que só podem construir Habitação de Interesse Social como a nossa, cerca de quase 12% do território da cidade de São Paulo. Nenhuma cidade do mundo tem o que nós temos.

O Plano Diretor foi tão bom que, na época, teve a seguinte reflexão de muitos especialistas: “Olha, como a lei diz que nós temos que fazer o Plano Diretor e revisá-lo a cada dez anos, vamos fazer para 15 anos, com uma revisão intermediária”, que, na época, ficou até 2029, com uma revisão feita sete anos depois e que, por causa da pandemia, nós estamos fazendo com pouco mais de atraso, com sete anos e não com cinco. Enfim, o Plano Diretor anterior foi muito bem trabalhado e tem muita conquista. Os conceitos modernos daquela época vieram todos para o nosso Plano. Portanto, nós temos um grande patrimônio que agora passa por uma revisão, que será pontual.

Como médico, eu explico que, se o Plano Diretor de 2014 foi uma cirurgia no plano de 2002, agora nós vamos fazer uma acupuntura nele; ou seja, nós vamos fazer pontualmente tudo aquilo que é novo. Alguém aqui, em 2014, mesmo aqueles que estão aqui conosco de países amigos, como o Hait, imaginou que ele pudesse estar aqui hoje? Alguém imaginou que hoje nós passaríamos por uma pandemia? Agora nós temos que tratar o Plano Diretor à luz de uma cidade pós-pandemia, com os todos conceitos que mudaram.

É uma revisão que é muito importante e aumenta demais a sua responsabilidade e importância na Câmara, porque ela conta com os 55 Vereadores desta Casa, cada um com sua vocação. Por isso, eu não tenho dúvida de que a participação que acontecerá na Câmara será muito maior do que a do Executivo. Com certeza, sim, porque esta Casa é uma caixa de ressonância. Como o Vereador Toninho questionou, como é que a gente faz o *marketing* para chegar às pessoas? Os Vereadores têm um papel muito grande na cidade; são 55 parlamentares que conseguem trazer os anseios dos nossos grupos. Portanto, eu não tenho dúvida que haverá participação.

Eu estou na Comissão de Política Urbana há muitos anos, e nós gostamos demais

de audiência pública. No ano que vem, se Deus quiser, eu vou estar na mesma Comissão, e não vai ter essa de que não vai ter participação popular aqui na Câmara. Nós vamos fazer o máximo para que a gente possa fazer isso do mesmo jeito que nós fizemos da outra vez, com participações, como disse a Vereadora Sílvia, nas regiões e nas subprefeituras, sendo que cada uma tem uma característica e elas são diferentes. Além disso, com o colegiado, nós temos que ouvir a Fiesp, nós temos que ouvir os movimentos de moradia, e eu posso garantir para vocês que o movimento de moradia, quando eu falei dos 400%, não mais terá o volume de pessoas que teve no Plano Diretor de 2014. Isso porque muitas das situações já estão definidas. Em 2014, só no Memorial da América Latina – e aqui estão presentes pessoas que estiveram lá naquela época –, a participação ultrapassou o número de duas mil pessoas, que não couberam lá dentro; inclusive foi um perigo ficar lá, já que os limites da segurança do local foram ultrapassados.

Nós adoramos isso, queremos que tenha essa participação e vamos buscar todos os espaços importantes, confortáveis, amplos e grandes e vamos até lá. Já adianto aos Vereadores que vieram para a Comissão de Política Urbana que se dediquem às suas agendas um espaço aberto nos finais de semana, porque as nossas audiências públicas mais ricas de contribuição e com muitas pessoas foram as que fizemos nos finais de semana, aos sábados pela manhã em uma região e aos sábados pela tarde em outra, e sempre mantendo os gabinetes abertos permanentemente. À época em eu fui relator da Lei de Zoneamento, muitas vezes, os gabinetes ficaram abertos até depois da meia-noite, e os Vereadores foram intensamente procurados.

Contem com a Câmara, acreditem nos Vereadores desta Casa – e cada um de vocês tem ligação com um –, não percam essa ligação, fortaleçam esse laço para que vocês possam, outra vez através de nós, trazer para a Câmara essas contribuições. A participação social é muito bem-vinda. Não há outro caminho a não ser essa participação. Além disso, haverá também apresentação em ambientes técnicos, como aconteceu na outra vez, quando fizemos na FAU. Vamos ouvir os arquitetos, porque são eles discutem isso. Muitas vezes nós os ouvimos e aprendemos muito lá, e eles também vêm muito aqui. Agora nós temos um caminho que nos

encurta a participação popular pela internet, que vai ser muito grande, já que, na última também foi muito grande; as participações pelo canal *web* aberto pela Câmara foi muito grande e riquíssima.

Então, gente, antes de encerrar a minha fala, mais uma vez eu reitero que vocês acreditem na Câmara Municipal, que acreditem nos 55 vereadores, porque a gente não tem problema algum em trabalhar e de estar com vocês no próximo ano e durante o ano todo. Eu estou falando isso em nome da Câmara, porque eu conheço o perfil do pessoal.

Muito obrigado a todos. Obrigado por vocês estarem aqui conosco.

Agora eu vou passar a condução dos trabalhos à Vereadora Silvia. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereador Paulo Frange.

Agora nós vamos passar para a fase da audiência na qual ouvimos as pessoas que se inscreveram para falar *online* ou presencialmente. As falas serão intercaladas entre quem se inscreveu *online* e quem se inscreveu presencialmente. O primeiro inscrito presencialmente é o Daniel Freire, da Associação dos Moradores da Aclimação, por três minutos.

O SR. DANIEL FREIRE – Bom dia a todos. Eu vou ceder o meu espaço de fala para a Renata, porque ela tem uma abrangência mais importante do que a minha neste momento, e o Toni falou quase tudo que eu ia falar. Só uma coisa que eu quero dizer é que, da mesma forma como vocês convidam a FAU para participar da construção do Plano, a Faculdade de Saúde Pública da USP também tem que ser ouvida, porque nós temos inúmeros problemas relacionados com a saúde população e que vêm sendo tratados de forma primorosa pela faculdade. Por isso, ela tem que ser trazida e escutada tecnicamente, porque não adianta a gente fazer audiência pública, termos nossas reivindicações, deixar clara a intenção da sociedade e, na hora da representatividade da Câmara, ela ser declinada em detrimento daquilo que a sociedade quer para beneficiar setores ou grupos. Isso a gente não tolera mais, e essa é a minha briga neste momento.

Passo a palavra para a Renata. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. RENATA – Bom dia a todos. Como a minha apresentação seria na sequência da do Toni, eu me desculpo e vou falar alguma coisa bem rapidamente.

Eu acho que a gente está tendo uma grande oportunidade nesta audiência de hoje para expor uma questão, uma prática ilusionista que está sendo feita pela Prefeitura. Apesar do grande respeito ao José Arménio e à Patrícia, a quem eu muito considero, esses números apresentados pela Prefeitura é uma prática ilusionista, já que o número de participante gira, no máximo, em torno de dois ou cinco mil. Com todo respeito, isso é participação social na revisão do Plano Diretor de uma cidade como Santana do Parnaíba. A cidade de São Paulo tem 12 milhões de habitantes, sendo o número de cinco mil, o máximo mostrado pela Prefeitura, absolutamente nada. Fica até feio para a Prefeitura se manifestar nesses termos, porque comprova que a participação social está sendo nenhuma.

As pessoas não estão sabendo que está sendo feita a revisão do Plano Diretor nem sabem o que é o Plano Diretor. Tanto que, nas propostas de participação, a gente vê que pouquíssimas propostas são de revisão do Plano Diretor. A maior parte das propostas é de incomodidades que as pessoas têm, como problemas de zeladoria e de problemas, enfim, que dizem respeito à administração da Cidade e não com o seu planejamento urbano. Uma Prefeitura, um Poder Executivo que se dispõe a gerir 12 milhões de pessoas tem que estar aparelhado para gerir esse número de pessoas e não aparelhado para gerir, cinco, dez ou cem mil pessoas. Isso já mostra o rompimento de um grande princípio constitucional da Administração Pública, que é a eficiência. Se a Prefeitura está fazendo uma revisão como a que está sendo feita, ela está mostrando, por meio dos números apresentados, que está sendo totalmente ineficiente.

Com relação à matéria em si, como o Toni comentou no começo da apresentação, o Plano Diretor exige a participação social, porque é a população que tem direito à Cidade, já que é ela que mora na Cidade e, portanto, tem direito ao bem-estar, conforme a Constituição prevê, no seu território. Se é assim, se a democracia tem que ser participativa, com a participação de

todos, estar aqui para os Vereadores decidirem não é o ponto, porque, quando a democracia chega ao Poder Legislativo, ela é representativa, e são os Vereadores que vão representar a população. Portanto, o que está faltando nessa questão é a participação, desde o começo, desde a formulação da revisão do Plano Diretor, da população, que não pode ser substituída pela participação dos Vereadores.

A sugestão da Frente São Paulo pela Vida é que a Prefeitura, como deve ser, retome as instâncias de participação social na etapa de produção e formulação da revisão do Plano Diretor e não deixe isso para ser feito depois pela Câmara, porque o que lei manda, o que a Constituição manda não está sendo respeitado, e a população está sendo claramente desprezada. O que a população precisa para a Cidade ficar melhor e como ela quer simplesmente não está sendo ouvido. Prova disso é toda a demonstração que foi feita pela Prefeitura na sua apresentação.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Renata.

Tem a palavra o Sr. Rafael Romanon de Lima, *on-line*. Está presente? (Pausa) Não. Sr. José André de Araújo, Coordenador do Movimento de Regularização Fundiária de Urbanização – MRFU.

O SR. JOSÉ ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos e todas. Verdadeiramente aqui, eu queria saudar a nossa Presidente desta Comissão, a Vereadora Sílvia, nobre Vereadora. Também a Patrícia Saran, o Secretário, nosso colega de Conselho Municipal de Política Urbana Toni Zagato e os demais conselheiros.

Na verdade, aqui, foi apresentado um *show* de números. O que é um *show* de números? São números, mas sem a devida qualidade. Com a devida vênica, a Patrícia melhorou bastante esse trabalho, está até com o olhar cansado. Por que eu digo isso? Primeira coisa: eu estive com a Irani lá em Santana – não é, Irani? -, no SESC. Fui ao subsolo do SESC Santana sem qualquer identificação física, sem qualquer informação de onde seria a reunião da oficina. Segunda questão: o material empreendido, inadequado, sem as informações, sem uma

linguagem acessível.

Outra: eu imagino que deveria ter acontecido outra oficina. Porque se o problema foi acessibilidade, e você considerou as oficinas que foram feitas de maneira irregular, então nós aí temos um problema. A divulgação também foi insuficiente. Por exemplo, você anda pelas avenidas, pelas ruas de São Paulo, você vê esses relógios, vários anúncios, mas da revisão do Plano Diretor, dos locais onde ocorreram as oficinas, isso não houve.

Outra questão: o povo não poder falar. O povo, ali, era podado. Além do atraso de mais de uma hora, o povo também foi podado. Falaram, aqui, da questão da zeladoria. Até as questões de zeladoria também foram evitadas. Por quê? Vocês estavam ali na presença de muitos servidores públicos e tinha os subprefeitos, que olhavam feio, não deixavam ninguém falar. Até isso eu contesto. Então, há a questão lúdica; me perdoem aqui, mas até infantilizaram a participação popular. Papelzinho amarelo, papelzinho rosa; esse foi um problema sério.

Outro problema também no Conselho Municipal de Política Urbana, Secretário - o senhor é testemunha disso, porque eu sempre questioneei – é a questão da sistematização. Como foi feita essa sistematização? O Conselho não teve participação nessa sistematização, não é verdade? Até esses números poderiam ser contestados, porque como foi feita essa sistematização, já que o C MPU não participou?

Então, foram várias questões que nós devemos tratar aqui. A questão, por exemplo, da habitação, foi uma reunião virtual. Nós sabemos da força dos movimentos. Quantos movimentos estão aqui? Ocupação Porto Príncipe, estamos lá, eles estão sofrendo com a reintegração de posse; a questão da Avenida do Estado, ali: a ocupação Porto Príncipe fica em uma área de ZEIS. Existe fiscalização do uso? Nós sabemos que o diagnóstico apontou uma falha grave no licenciamento, não distinguindo HIS 1 de HIS 2. Esse é um problema sério. Também a não instituição dos conselhos gestores de áreas de ZEIS, ZEIS 1 e ZEIS 3.

Então, nós temos esses problemas. A não instituição dos conselhos regionais de habitação...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua.

O SR. JOSÉ ANDRÉ ARAÚJO – Na parte 2, onde nós deveríamos recepcionar as propostas, não aconteceram as audiências públicas no território. Então, isso é um prejuízo grave, que demonstra que houve um cerceamento na participação.

Na etapa 3, eu vi, me parece, duas audiências, que serão virtuais...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ ANDRÉ ARAÚJO – Só para encerrar, já, nobre Vereadora, a outra questão também é que eu queria abrir aqui um protesto contra a questão do seminário. Porque habitação é muito mais ampla do que simplesmente financiamento. O Plano Municipal de Habitação, que está parado em alguma gaveta de algum Vereador, aponta que 700 mil famílias que estão dependendo de regularização fundiária. Esse tema não foi tratado, somente a questão do financiamento nesse seminário. Quem escolheu esses temas. (Palmas)

Então, esses são os pontos. Queremos regularização fundiária, queremos Habitação de Interesse Social, saneamento básico e direito à água. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, José.

Chamo agora a Maria do Carmo Guido. Está presente? (Pausa) Élio Jovart Bueno de Camargo, do Cades Butantã. (Pausa) Com a palavra, por três minutos.

O SR. ÉLIO JOVART BUENO DE CAMARGO – Bom dia.

Eu queria reforçar as falas da Dra. Renata e também colocar a necessidade da descentralização da administração. O que nós vemos hoje é que está cada vez mais centralizado, por exemplo, no caso do licenciamento que está na SMUL; e outras coisas mais, como educação, saúde *etc.*, que deveriam estar descentralizadas pela cidade. Hoje as Regionais só ficaram com os danos de limpeza e nada mais na cidade. Então, isso fica longe das pessoas, que deveriam realmente dizer o que querem da cidade.

Sobre a questão do meio ambiente, eu gostaria de falar da necessidade de uma revisão do Planpavel que assegurasse que todas as áreas verdes da cidade sejam tornadas áreas públicas. Ou seja, que houvesse uma taxa de licenciamento que possibilitasse essa proteção para assegurar as áreas verdes para as gerações futuras.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Élio.

Passo agora para a Vera Tokairim, assessora do Vereador Daniel Annenberg.

A SRA. VERA TOKAIRIM – Bom dia, pessoal.

Fico muito feliz de ver, aqui, a população, que é coisa rara. Além das críticas, que nós do gabinete do Daniel encampamos totalmente, feitas pelo Toni, pela Silvia e pelo Toninho Vespoli, eu gostaria de reiterar – e é verdade, vou reiterar, porque já falaram tudo – que existe um programa chamado Política Municipal de Linguagem Simples. Existe esse programa na Prefeitura da cidade de São Paulo, cujo projeto foi feito pelo Vereador Daniel Annenberg. O que significa isso? Que democracia significa falar linguagem acessível para a população. Portanto, SMUL, por favor, implemente essa lei no PDE. Ainda que vocês façam oficinas, elas estão em linguagem hermética. Ainda que vocês façam a versão ilustrada, está difícil. Ou seja, como é que a gente pode falar em participação popular se vocês usam uma linguagem que afasta a população? A gente não entende, não pode. Existe essa lei. Por favor, implemente, *okay*? Porque o PDE tem a ver com a qualidade de vida de cada ser que habita esta cidade.

A segunda questão, que também foi falada, mas que tem que ser levada muito seriamente, é a questão da exclusão digital. Ora, tem vários estudos que falam que 46% da população brasileira – isso em uma pesquisa do TIC Domicílios, portanto não estou inventando; 46,8% estão excluídos digitalmente. Gente, usem o *Jornal do Ônibus*, pelo amor de Deus; usem as paróquias, usem os movimentos, usem os cartazes. Façam como antigamente a gente fazia antes de ter a internet, porque a internet divide a nossa sociedade em duas classes sociais: a incluída socialmente e a excluída. (Palmas) A banda larga custa caro, gente, não é fácil. Somos um dos países que mais paga pelo acesso à internet. Pelo amor de Deus, se vocês querem fazer cumprir o requisito legal de participação, deem acesso a tudo que vocês fazem. Linguagem simples.

Pensem mais uma coisa: a Prefeitura tem vários espaços que à noite e em finais de semana ficam equipados com computadores. Por exemplo, tem mais de 100 telecentros que

vocês poderiam utilizar à noite e em finais de semana.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, Vera.

A SRA. VERA TOKAIRIM – Então, vou concluir, mas só mais uma coisa. Aqui, não tem a ver só com vocês, mas tem a ver. Caem na nossa mão, e eu falo como cidadã, porque eu sou membro do Conselho Participativo da Lapa, caem na nossa mão 500 – não estou mentindo – demandas e iniciativas da Prefeitura. Ora, a Prefeitura tem que se organizar para melhorar essa quantidade de iniciativas que faz para nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vera. Passo a palavra agora para a Lúcia Maria Bitancourt Martins Campos, da Rede Butantã de Entidades. Está presente? (Pausa) Vinícius Zagatti Casquet, do Conselho Participativo Municipal da Vila Maria-Vila Guilherme. (Pausa) Bruno Butschkau Di Giorgio, da UNIP. (Pausa) Ana Flávia Perin Brito, da H2 Arquitetura. (Pausa) Maria Angelica Oliveira, da Escola de Cidadania Butantã. (Pausa) Beatriz Barreira, do escritório H2 Arquitetura. (Pausa) Lays Bondezan Siqueira. (Pausa) Não está respondendo.

Vamos passar para a lista presencial para ver se depois a Lays volta. Lucila Lacrete, do Movimento Defesa São Paulo e Conselho Municipal de Política Urbana. (Pausa)

A SRA. LUCILA LACRETA – Muito bom dia a todos. Bom dia à Mesa, aos representantes do Executivo, Srs. Vereadores, Toni, pessoal que me antecedeu.

É o seguinte: faz tempo que a gente se conhece e nós nos sentimos extremamente incomodados com essa história de revisão participativa do Plano Diretor. Porque, como foi dito, de participativa não tem nada.

Foi dito também que é uma linguagem hermética e que não chega nas pessoas. Não chega em nós, mas chega certamente em quem dirige esta cidade, que é, infelizmente, o mercado imobiliário. São Paulo se tornou um grande negócio imobiliário e perdeu a essência da cidade, que é proporcionar o progresso para os seus cidadãos, em harmonia com o meio ambiente, com a saúde e com a qualidade de vida de cada um de nós. Nós vivemos num canteiro de obras, não obras feitas por nós, mas, como disse o Vereador Paulo Frange, de imóveis

menores que 50m2, caríssimos, para uma classe social que a gente nem sabe qual é porque esse produto não está sendo vendido.

O que é mais aterrador, senhores representantes do Executivo, é que, pelo que vocês falaram e o Paulo Frange também, vai ser uma revisão de acupuntura, pontual. Pontual para quem? Para quem é esse pontual? Tenho quase certeza de que a maioria das reivindicações e da participação propôs planos de bairro, os nossos bairros, para a gente conseguir melhorar um pouco o nosso território da avalanche de desastres urbanísticos e ambientais que são resultados dessa proposta.

Fiquei chocada quando o Vereador disse que esse plano ganhou o prêmio ONU-Habitat. Como assim? Isso é *fake news*, eles não sabiam o que eles estavam premiando. Eu quero ver a ONU-Habitat aqui e agora verificar o resultado dos Eixos de Estruturação Urbana que estão dizimando os nossos bairros, dizimando os tecidos sociais onde nós vivemos em prol de um projeto imobiliário que está acabando com a cidade.

Nós temos construções gigantescas em cima de minas d'água, em cima de terrenos moles, prédios estão caindo por má condução e má situação desses inúmeros empreendimentos imobiliários. São Paulo, Sr. Secretário, não pode ser somente um palco para projeto imobiliário. E tenho certeza, infelizmente, de que esse projeto de lei já está pronto e que tudo o que estamos vivendo aqui é teatro, *fake news*. Vou checar o projeto de lei que vocês vão apresentar em dezembro, quanto desse projeto de lei ter nossas reivindicações atendidas e quanto esse projeto de lei...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. LUCILA LACRETA - ... vai ter mais e mais do que o mercado quer. Inclusive, faço parte do Conselho Municipal de Política Urbana, e o Conselho, como já foi dito aqui, tem uma participação enorme de pessoas que nunca aparecem, não dizem uma palavra, mas todas as votações são de acordo com o que o Executivo quer. Nós que conversamos, que falamos, que reivindicamos não somos ouvidos, e a nossa votação não vale. O seminário que foi feito foi feito a convite do CMPU, e boa parte do CMPU não sabia exatamente o que iria acontecer. Foi

feito um grupo de trabalho, que sugeriu pessoas, mas, no final das contas, foi um evento *a la* Executivo.

Quero só dizer, se a senhora me permite, que o Movimento Defenda São Paulo fez um documento, que apresentou na Subprefeitura de Pinheiros, porque o documento era muito extenso e não cabia no modelito de mandar pela internet. Eu cheguei às 9 horas, que é o horário que abre a praça de atendimento da Subprefeitura; a funcionário disse: “Olha, não vou receber porque esse prazo foi encerrado sexta-feira”. Eu falei: “Não, minha senhora, consulte a internet que a senhora vai ver que o prazo vai até hoje, segunda-feira”. Aí, ela consultou, viu que sim, eu falei: “Bom, então agora eu quero protocolar”. “Ah, não tem como protocolar”. Eu disse: “Não, me foi dito que tem que protocolar sim”. “Não, não tem, aqui não tem, ninguém vai protocolar porque não pode protocolar”. Eu liguei para a Secretaria, liguei para o Secretário, conseguir finalmente falar às 9 e meia, 10 horas com a Patrícia Saran, que foi contatada na casa dela. Aí a Patrícia falou com uma outra pessoa para o funcionário que protocola chegar, e eu consegui protocolar às 10 e meia. E conversei com vários outros representantes de moradores que foram às suas subprefeituras e tiveram o mesmo problema, mas que, no fim, conseguiram protocolar.

Então, está aqui o documento. Nós conseguimos protocolar a duras penas, foi difícilíssimo, e eu espero, por favor, que vocês pelo menos leiam o que nós apresentamos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Lucila.

Vou voltar nas participações virtuais. Lays Bondezan Siqueira. (Pausa) Luzineide Brandão Ramos, do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo. (Pausa) Fábio Lúcio Sanchez, do Fórum Verde Permanente. (Palmas)

O SR. FÁBIO LÚCIO SANCHEZ – Boa tarde. Há uma questão referente ao Plano Diretor que não vai ser resolvida com números. Eu tenho 57 anos, estou com uma caneta de quatro cores, tenho um celular com três câmeras, e nada disso interessa a vocês, nada disso resolve nada para vocês. Então a colega da Prefeitura que trouxe aqui os números – é importante que haja alguém coletando esses números, para compará-los, para visualizá-los, etc., não

resolve. Na prática, temos um Plano Diretor que tem um comitê criado para coordená-lo, composto, se não me engano, por sete membros – me corrijam se eu estiver errado –, sendo que seis deles são diretores, ou foram diretores, ou conselheiros, do Secovi, o comitê que coordena esse Plano Diretor. Esse é um problema gravíssimo já de início.

Aí temos diversas coisas que acontecem e foram verificadas em vários processos democráticos que a Prefeitura colocou à disposição.

Nós, Fórum Verde Permanente, fomos lá, questionamos como a Prefeitura vai cumprir o que está previsto no Plano Diretor, que é a construção de parques até 2029. Nesse ritmo, não vai construir. Teria que construir oito parques por ano. Não vai fazê-lo.

Fizemos a pergunta: “Como vai fazê-lo?” No diagnóstico, não apresentou; e continua sem apresentar. Não tivemos nenhuma devolutiva sobre isso, uma questão objetiva.

Tem algum representante do Vereador Paulo Frange aqui? Eu queria fazer essa pergunta objetivamente. Ele, que tanto sabe, que participou de tantos...

Como vai resolver? Não há essa proposta, não houve essa devolutiva.

Eu acuso: não houve essa devolutiva – tem que haver. E muitas outras não houve.

Então é uma consulta pública de fancaria – é preciso que se diga isso. As devolutivas são falhas e não acontecem.

É extremamente necessário que se ponha a mão na consciência e se retorne ao processo de consulta para a formulação de propostas. Se isso não acontecer, vamos ter um Plano Diretor encenado, feito durante uma pandemia, mal-feito.

Em Parelheiros, por exemplo, 32% não tem acesso à internet. Quem pôde participar desse Plano Diretor pela internet?

Então, senhores, sejamos conscientes: façamos um Plano Diretor bem-feito, sejamos adultos, dando a São Paulo um Plano Diretor que a cidade merece, uma discussão que esta cidade merece, porque este Plano Diretor que está sendo feito não é esse Plano Diretor que a cidade de São Paulo e a Grande São Paulo merecem.

Peço a V.Exas. que considerem. Esse é o meu pedido objetivo: que se retorne a esse

processo de consulta e formulação na consulta popular, porque, do jeito que está, teremos uma São Paulo danificada.

Está ótimo, São Paulo está como um canteiro de obras – como disse a Lucila. É um excelente canteiro. Mas vejam o que aconteceu com Pinheiros. Uma sombra, a Rua dos Pinheiros. Vejam o que aconteceu na Vila Madalena. Não está dando certo, gente.

Era para criar oito parques, e as áreas estão sendo tomadas, e pela milícia, por gente que vende essas áreas para quem, coitado, não tem onde morar, e se aloja porque não tem condições. É gente que não poderia estar ali. Não é pelas vias legais.

E isso precisa ser colocado: precisa pensar e levar a sério essa revisão, senão não vai estar fazendo algo coerente.

É isso. Obrigado pela atenção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Passo o próximo inscrito virtual, Rafael Peixoto Costa, da Unip. (Pausa) Gilberto Souza Macedo, de entidade civil. (Pausa) Tom Henrique – Tomás Henrique. (Pausa) Rogério.

O SR. ROGÉRIO PEIXOTO – Bom dia, pessoal.

Meu nome é Rogério Peixoto, sou do Fórum Verde.

Queria cumprimentar o pessoal da Mesa, agradecer o convite.

Cumprimentar o Toni, a Lucila, o Fábio, que também são parceiros e colabores do nosso Fórum Verde, um coletivo ambientalista criado em 2019 a partir da questão das áreas de mananciais de São Paulo e da questão da concessão dos parques. E nós enviamos, para a revisão do Plano Diretor, uma proposta de elaboração de um plano habitacional de moradias específico para as áreas de mananciais, porque temos uma questão muito grave, séria – um embate entre a necessidade de moradia das pessoas e a necessidade de preservação ambiental das áreas de mananciais. Se não fizermos isso agora, vamos perder as áreas de mananciais, como já estão perdidas, com essa ocupação que vem de mais de 60 anos para cá. Então a nossa proposta é de trazer as pessoas que estão morando de aluguel nas áreas de mananciais; e que, quando saírem do aluguel, vão morar ainda mais longe, num loteamento clandestino. E trazer

essas pessoas para morarem dentro da cidade de São Paulo.

Quando falamos em elaboração de um plano habitacional, não significa fazer o que a Prefeitura fez em 2015 – falo sobre o Residencial Espanha, feito no Jardim Apurá, que é um conjunto habitacional feito dentro de uma área de proteção ambiental. É um absurdo um negócio desse; 3864 moradias foram feitas naquele conjunto habitacional, com uns prediozinhos todos iguaizinhos. Ficou aquele monumento de como não se deve fazer planejamento urbano de moradia popular em São Paulo.

Temos que trazer a população mais pobre de São Paulo para morar perto de onde estão os melhores empregos de São Paulo. Existem muitos espaços vazios, ociosos, nas áreas poucos aproveitadas em São Paulo. E podemos construir moradia para essas pessoas.

Só que temos um problema: quando falamos sobre a questão do adensamento, muita gente confunde com verticalização da cidade – e são coisas diferentes. Podemos pegar exemplos do mundo todo, cidades que são menos verticalizadas que São Paulo, e são mais densas do que São Paulo. Paris é um exemplo, Buenos Aires é outro exemplo, Barcelona, na Espanha. Enfim. E como que podemos fazer isso? Com concurso de arquitetura, chamando os arquitetos; chamando a universidade para participar desse processo; chamando, evidentemente, a sociedade; e, por que não, as construtoras. Vamos sentar todos à mesa e discutir qual é a cidade que queremos para o futuro.

É possível fazer, não é uma utopia, é uma utopia possível de ser feita. E com isso vamos salvar as áreas de mananciais, melhorar o deslocamento em São Paulo, vamos incentivar, inclusive, a pequena mobilidade por bicicleta, transporte público, etc.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. ROGÉRIO PEIXOTO – Outro ponto que também foi falado aí é sobre a diminuição da área dos apartamentos. Falaram em 50m². Mas a Prefeitura, no meio deste ano, lançou um plano de aquisição de imóveis pela cidade – imóveis a serem construídos pelas construtoras – com apartamentos de dois dormitórios e 32 m² de área.

Gente, pelo amor de Deus, 32m²? Você pergunta para um corretor de imóveis – não

precisa ser arquiteto – o que significam 32m²? Ele vai falar: “É apartamento de um dormitório ou uma quitinete”, não é um apartamento de dois dormitórios.

Então, quando pensamos em saúde pública da população, saúde mental, que também foi falado, nem precisa ser psicólogo para sabermos que São Paulo tem porcentagem tão alta de pessoas com transtorno mental por conta da qualidade das moradias populares que temos em São Paulo. Está diminuindo, está ficando vez pior. São Paulo é a capital mundial de pessoas com algum tipo de transtorno mental, em virtude desses erros que estamos que estamos fazendo na cidade.

É isso. Agradeço a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Chamo agora a Sra. Laurita Ricardo de Salles, do Pró-Pinheiros, membro do Conselho Municipal de Pinheiros.

A SRA. LAURITA RICARDO DE SALLES – Eu também participo do Frente São Paulo Pela Vida, mas hoje estou aqui em nome do Movimento Pró-Pinheiros e de Pinheiros.

Primeiro, eu quero falar sobre a enorme, abissal, distância entre a norma, o discurso e o mundo real.

Temos, em Pinheiros – e sei que em boa parte da cidade e nas ZEUS –, um verdadeiro desastre. Não está sendo construída habitação social nenhuma. A justificativa dentro do PDE é que as ZEUS se justificariam por habitação social, mas o que nós temos... A habitação social está aqui, é esse público que está aqui, é a moradia de rua, é a barracada, a invasão na periferia, é essa a real habitação social que esse plano está construindo. É isso que está acontecendo. É preciso olhar, ver e tomar alguma ação. Um escopo não vai resolver nada. Aliás, o escopo não foi decidido claramente. É um desastre, é preciso dizer.

Vamos dizer o que está acontecendo em Pinheiros, que nós conhecemos bem: primeiro, tudo é feito de acordo com o paradigma do lote, como o próprio Bernardo Mello Franco reconheceu que é um erro do Plano Diretor no seminário, que foi uma coisa que eu apontei.

Temos ilhas de calor. E os prédios são feitos sempre com um truquezinho: metade

são estúdios para locação para concorrer com Airbnb, de 14 a 24 mil reais por metro quadrado.

Que social é esse? Como é que esse pessoal que está aqui vai morar lá? Isso não é social coisa nenhuma. (Palmas)

Então, ente a periferia da periferia e Pinheiros, estamos no mesmo barco. O barco é o mesmo. É a distância da norma, do discurso e do real. O que nós temos é um desastre: ilhas de calor, um desastre para o meio ambiente. A destruição o tempo todo, pelo assédio das incorporadoras, às histórias desses bairros, que tem vilas e zonas com história. E o real está aqui: é a população que não tem onde morar, em nome de um discurso de habitação social. Isso não é social, é de socialite, até porque eu sempre falo: social é de socialite, porque o temos lá são estúdios para locação para concorrer com Airbnb, em que já sabemos que tem todo um negócio de pessoas... Eu sei de pessoas que comparam, sabem que moramos no bairro, e já tem todo um mercado para decorar, para vender, para sublocar, etc. etc. Afora isso, temos a situação em que tem sempre o studiozinho: os estúdios são sempre garagem. Mais ou menos 45 estúdios e mais ou menos 45 apartamentos de luxo muito ruins, horrorosos. E fazendo uma verdadeira destruição da cidade. Essa não é a cidade que eu escolhi. Isso não é um sonho feliz de cidade, é um sonho de cidade que interessa ao capital financeiro, apenas isso. Não é nossa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Laurita.

Giovana. (Pausa) Beatriz Apolinário Guanaes, estudante. (Pausa) Rosemar Aparecida Prota da Silva, pessoa física. (Pausa) Raquel Lopes Queiroz Chacur. (Pausa) Nancy Vieira. (Pausa) Pedro Baroni Filisetti Yoshinaga. (Pausa) Cláudia Cristina Rodrigues. (Pausa) Karyne Cristina Gomes de Oliveira.

A SRA. KARYNE CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA – Eu concordo com tudo que os colegas falaram anteriormente. E eu gostaria de destacar a poluição sonora que vem acontecendo em São Paulo. Inclusive, foi aprovado em primeira instância o aumento o aumento de decibéis em eventos e shows de grande porte. O pessoal que mora perto do Allianz Parque e do Morumbi saiu às ruas, fez manifestação contra essa proposta, e, mesmo assim, a maioria

votou a favor. Eu creio que vocês claramente não estão do lado da população, e, sim, dos grandes empresários, como os colegas exemplificaram também, com a construção dos edifícios na capital. A poluição sonora é um verdadeiro caos e a fiscalização em relação a isso é completamente ridícula. Tem uma oficina irregular do lado da minha casa, fiz reclamação na Prefeitura, e, depois de extrapolarem todos os prazos possíveis, compareceram no local às 11 horas da manhã, sendo que no meu relato eu fui bem específica, falando que o barulho começava a partir das 13 horas da tarde. E disseram que não constataram nenhuma irregularidade.

Então volto a dizer: a fiscalização “está a favor da população, e não a favor dos grandes empresários”. É completamente ridículo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. João Moreirão, do CPMU. (Pausa) Tem a palavra o Tonhão, da Facesp.

O SR. TONHÃO – Bom dia a todos.

Primeiro, sou, como já disseram, da Facesp. E também sou do grupo da campanha do Plano Diretor Estratégico, desse coletivo que reúne mais de 400 entidades na capital.

Quero saudar os nossos movimentos. Nós, da Facesp, da MRFU, do MOAB, trouxemos hoje muita gente para participar nesta sala, na outra sala, porque é um assunto que nos afeta e nos interessa.

Particpei, sexta-feira, daquele seminário organizado pela SMUL e CPMU. Não sei se todo mundo participou, mas teve lá um seminário. E nós participamos principalmente na parte de gestão participativa e de habitação, que é um dos quatro painéis que tiveram lá.

Na parte de habitação, curiosamente, não se discutiu, por exemplo, ZEIS em São Paulo, que é uma coisa fundamental do Plano Diretor. Se eu quero fazer o diagnóstico do Plano Diretor e colocar a população para debater sobre qual vai ser o escopo da discussão, eu tenho todas essas informações. Eu tenho que dizer as ZEIS que foram delimitadas, mapeadas no território, o que virou moradia social, o que virou habitação de interesse social. Nós não temos

esse número – ZEIS 1, ZEIS2, HMP. Nós não temos essa informação. Nós não sabemos o que foi aplicado da Cota de Solidariedade, que, em nossa opinião, está sendo desvirtuada. Os empresários têm trocado habitação em áreas com infraestrutura por terrenos lá no fundão da Zona Leste e da Zona Sul, com essa velha política que deu errado. Todo mundo sabe disso. Queremos ter moradia perto do trabalho, perto de hospital, perto de escola, perto de universidade, perto de lazer, de cultura. É isso que nós queremos, nós não queremos estar isolados da cidade. Nós também temos direito à cidade.

Também não ouvimos falar do que está sendo feito em termos de notificação de propriedades, prédios, terrenos e galpões de empresas falidas que não cumprem a função social da propriedade. Não temos esses números, não temos essa avaliação.

O diagnóstico deveria ser quantos parques foram feitos entre os que estavam previstos no Plano Diretor, quantas moradias foram produzidas, qual foi o grau de avanço, grau de melhoria da mobilidade urbana dentro da cidade. Isso que deveria estar sendo colocado, e, infelizmente, no seminário, não foi colocado; essa ausência de informação e dados – porque não se fala em democracia participativa sem informação, sem acesso à informação. Não tem. É um conjunto de números meio perdidos, que não se encaixam, e a participação é pelo WhatsApp, é reunião virtual, uma parte é presencial, em dias que as pessoas não podem participar, em horário que as pessoas não podem participar. É uma disfunção do processo de participação social.

Entendemos que, para construir a cidade que queremos, o Plano Diretor Estratégico deveria ser esse instrumento para termos a cidade que temos e a cidade que queremos. E a cidade que queremos está muito longe do que está colocando neste Plano Diretor, teríamos que voltar à estaca zero.

Lá atrás, o nosso coletivo aqui dessas entidades tinha colocado antes de começar o debate. Nós queríamos pactuar as regras de como seria a revisão do plano diretor, antes de se começar o debate, mas infelizmente isso não foi feito; e aí se judicializou e está nessa situação. Nós estamos num pântano hoje e não sabemos para onde vamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Então, vou chamar aqui as três últimas três pessoas inscritas no virtual.

Tem a palavra o Sr. Daniel Diniz. (Pausa) Mônica Mandarino D’Angelo, assessora do Deputado Delegado Olim.

Tem a palavra a Sra. Beatriz, da Associação de Pesquisadores e Amigos da Cantareira, APAC.

A SRA. BEATRIZ – Obrigada. Em primeiro lugar, bom dia a todos. É uma honra para mim estar aqui nesta Casa numa sala que também leva um nome muito especial, uma pessoa de luta de Direitos Humanos. Vou agradecer todo mundo que puxou essa audiência, com esse tema, que é muito importante para a nossa cidade. Eu sou Beatriz. Eu tenho 33 anos. Nasci e fui criada aqui na cidade de São Paulo. Estou aqui representando outras vozes da zona Norte, a Associação de Pesquisadores e Amigos da Cantareira. Também falo pelo Movimento Ousadia Popular. Eu deixo aqui uma grande saudação e acho muito especial ter vocês da ocupação aqui hoje, porque o grande problema deste país vem lá de trás. A gente vem daquela lei de terras, lei do império, uma lei que traz todos esses problemas que nós estamos discutindo aqui; mas eu vou focar num assunto, no tema principal, que é participação dentro de uma democracia. Eu quero fazer uma fala diretamente para vocês, sociedade civil, e depois sugerir ao Poder Público o que me veio à cabeça, durante esse diálogo, essa conversa, que foi maravilhosa.

Muito obrigada pelas palavras de todos.

Então, em primeiro lugar, a gente tem que pensar: “De onde surgiu isso, de participação de conselho participativo?” A lei vai dizer para gente que quem participa de um conselho é voltado para consolidar e legitimar o processo de planejamento de gestão participativa. Então, o conselho surge como um órgão do Governo. Vamos pensar que o Estado é um ser humano. O conselho, a nossa participação é um órgão necessário. Sem um órgão, o corpo não funciona, não funciona. E hoje o que a gente vê, nos conselhos, são meras formalidades. É só cumprir a lei. É só: “Vamos lá.” Eu faço parte de um conselho e é isso que eu vejo. Você chega, você não sabe muito bem o que está acontecendo. Não há um acolhimento,

como já foi pontuado aqui. Você chega e você não sabe muito bem como você vai agir ali. Você tem a intenção, mas ninguém lhe orienta, ninguém lhe acolhe, ninguém lhe diz que ali não é um espaço de briga e que ali é um espaço de conversa, de conciliação de interesses. Você vai ter diversos interesses da cidade. Há toda essa diversidade. Você vai muito ter interesse aqui.

O que eu posso trazer é o seguinte, mais uma vez: “Por que surgiu a necessidade de participação?” A Constituição, a nossa Constituição de 88 vem pós um regime de ditadura, e que se entendeu, naquele momento, que o que vinha antes não era representativo. Daí se falou: “Vamos fazer uma democracia.” E o que é essa democracia então, senão a participação das pessoas? A gente elege os Vereadores que estão aqui. Elegemos os outros políticos, mas eles são uma parte, uma parte só desse Estado. Nós somos outra parte.

Eu vou concluir então trazendo as sugestões que nós temos observado na zona Norte e aqui, nessa conversa, entendo que são pertinentes, que é uma revisão das leis que fundamentam esses conselhos, uma revisão, uma ampliação dos nossos poderes, enquanto conselheiros, porque nós já somos o ponto mais próximo da população. Então, nós pedimos reforço das nossas leis. Eu estou aqui, por exemplo. No caso, essa aqui é a estadual, o decreto estadual, mas ali há uma grande dificuldade: Como eu vou formar esse conselho? Esse conselho não se adequa à realidade do Brasil. “Ah, precisamos de uma sociedade civil que, já esteja regular há dois ou três anos.” As pessoas que estão na luta não têm sequer documentos, muitas vezes. Como que a gente vai trazer essas pessoas para dentro? É preciso ser feita uma alteração legal e a gente está no lugar certo, gente. Aqui é onde acontece a mudança. O Vereador baixa a lei, baixa a lei. A gente tem aqui a presença do Secretário, que é o Executivo, que é outro poder. Ele executa o que sai daqui. Então, é aqui que sai a mudança e lá nós contamos com toda essas melhorias e a implementação dos planos, com essa questão de ser uma audiência e acessível, com toda comunicação direta, como já foi feito aqui.

Tudo isso é necessário e se exige o poder popular, o Poder Legislativo, o Poder Executivo. E a gente até espera que se precise do Judiciário.

Eu deixo essas palavras e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. João Moreirão, por três minutos.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado. Bom dia a todos. Quero agradecer especialmente a Vereadora Sílvia, da Bancada Feminista, que atendeu ao apelo da frente e fez a proposta na comissão, para que houvesse essa audiência. E aí a audiência que tem, como ator principal, o público, está também à sala do lado, onde não coube todos aqui também. Há mais gente ali na sala ao lado.

Já quero aproveitar e dizer que em uma audiência pública pedida pela sociedade civil gastou uma hora e 40 para a gente ouvir autoridades e depois ficamos espremidos. E eu garanto que o resultado das pessoas, num dia útil, num horário comercial, é o resultado de um monte de gente que não estava mais disponível. Estavam inscritos pela internet e têm relação direta com isso, porque as pessoas, num dia de trabalho, não conseguimos ficar, muitas vezes, tanto tempo disponível. Então, essa é uma questão importante.

Reparem: Nós ouvimos uma longa e bonita exposição, inclusive com filminho, até onde eu apareci, da secretaria, mas objetivamente se fosse um anúncio de pasta de dente, o Conar, Conselho Regulador, já tinha determinado, tirado do ar, porque não tem a ver com a realidade. É como se vendessem uma pasta de dente e se provocasse cárie. Essa é a realidade. E ainda sim os números mostram que seria um plano, uma participação talvez, mais ou menos, numa cidade do tamanho de Santana do Parnaíba, e não para uma cidade como São Paulo.

E por que disso aí? Eu vou dizer. O porquê é que a tal atual Administração de alto a baixo tem medo dessa sociedade, tem medo de diálogo e odeia o diálogo, e por isso não há participação. Aliás, é o que acontece no CPMU. Eu sou conselheiro do CPMU e nós ficamos lá como se estivéssemos falando com a televisão, vendo um programa, porque o que nós dizemos não é considerado. Nós chegamos a ponto de não haver votação porque não havia consenso. Vocês já ouviram falar nisso? E como consenso é ilusão dos tecnocratas, essa é a situação que nós estamos vivendo. Então, essa é a realidade.

Nós temos uma Administração está dizendo que está fazendo o diálogo para revisão

do plano diretor, mas eu, no ano passado, entreguei aquilo que será a minuta que a Prefeitura entregará nesta Câmara. Deixei lá no gabinete do Palácio do Viaduto do Chá os principais trechos do projeto de lei que serão entregues supostamente como resultado do diálogo social, que não existe.

E eu garanto: Deixei para ficar registrado, para depois confirmar se é ou não é. Essa é a questão. Então, nós não temos participação social. Nós não temos discussão com a sociedade e o resultado que nós temos é uma cidade cada vez mais hostil à vida social, cada vez mais hostil até à vida humana, onde alguns privilegiados ganham muito e vivem onde há estrutura e a esmagadora maioria vive ao Deus dará, vive nas periferias, sendo comandado por quem não é oficialmente poder político, porque a Prefeitura usa os abandonou, os empurrou para lá. Esse é o resultado, e ninguém, nem do povo, nem sequer do pessoal da classe média, que quer participar, está sendo ouvido. Só quem é ouvido é o pessoal do grande poder econômico, o cartel, que está ganhando, que está gananciosamente ganhando inescrupulosamente às custas da nossa qualidade de vida.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves, presente *on-line*.

A SRA. LUANA ALVES – Tudo bom, gente? Boa tarde. Queria agradecer aqui os Vereadores presentes na comissão, especialmente em nome da minha Colega de bancada, Vereador Sílvia da Bancada Feminista. Eu queria fazer uma saudação rápida. Eu não consegui estar presencialmente. Peço desculpas. Gostaria de estar presencialmente, mas consegui ouvir grande parte dessa audiência. Queria parabenizar a essência da audiência, parabenizar os Vereadores que chamaram a audiência e, em especial, os movimentos sociais, como a Frente São Paulo pela Vida e outros movimentos sociais de habitação, de luta.

A gente pensa num plano diretor porque estar fazendo um papel muito importante. Já estão fazendo há muito tempo. Gostaria de lembrar que se não fossem inclusive por esses movimentos sociais, a gente poderia estar tendo o processo de discussão do plano diretor no

auge de uma pandemia, de uma maneira muito prejudicial para a participação popular.

Então, é um processo de resistência que já está sendo feito já há algum tempo, e é muito importante a gente reconhecer e valorizar. A gente sabe que o plano diretor não é só um projeto de lei. A gente sabe que é um processo que deve ser longo mesmo. Não é um processo rápido, porque envolve o solo da cidade de São Paulo inteiro, envolve moradia, envolve a questão comercial, a econômico e a distribuição de direitos.

Então, é um processo que deve ter participação popular e não acontece do dia para a noite. Eu queria lembrar, reafirmar um ponto. Claro que nós, Vereadores, temos um papel muito importante no processo. No momento em que o plano diretor vem para Câmara e que a gente discute, a nossa discussão não substitui as etapas de participação popular. Essas etapas necessárias que têm que ser feitas não podem ser substituídas por uma discussão em plenário ou em Câmara Municipal. Queria lembrar esse ponto.

A gente sabe que nós felizmente estamos espalhados por diversos territórios e diversos Vereadores, mas a cidade é gigante e é cheia de contrações. Entrar num processo tem a ver com o Brasil, em que, cada vez, está havendo menos acesso à moradia, mais desemprego, mais pobreza, enfim, e o que acontece é que a população que estar nesse processo de decisão - e a fase em que a sociedade civil está, tanto do ponto de vista de grupo, associações, coletivos, cidadãos assim - esse processo é insubstituível. Então, a gente conseguir fazer isso de forma muito fortalecida, principalmente no momento que a gente está vivendo é muito importante, para a gente conseguir ter uma revisão de plano que consiga atender às necessidades que são colocadas, que têm a ver com esse momento nacional em que a gente está vivendo.

Queria dizer também que nós temos muito comprometimento, no momento da fase da discussão, na Câmara, para que também seja um momento aberto, para que não seja o momento em que só os Vereadores consigam discutir. A gente sabe que oficialmente esse momento ainda vai chegar, de voltar à discussão para a Câmara Municipal, mas esse momento de discussão, na Câmara Municipal, já no momento mais avançado da revisão, também é um momento que também tem participação popular. Também é um momento que dá para haver

participação da sociedade civil, dos movimentos, enfim, e nós temos muita disposição para isso.

A gente está vendo aí uma série de mecanismos de projetos de lei que estão sendo feitos, que têm relação com o estímulo para habitação. A Prefeitura está com essa linha de estímulo à habitação, mas a gente sabe que está sendo feito, com muita parceria com a iniciativa privada, que, na verdade, gera um tipo de habitação que não está sendo barato, mesmo para a população de renda baixa. Isso tem que ser discutido e a gente vai pensar mecanismos para que esse aumento da oferta de moradia não signifique mais endividamento e mais incapacidade de comprar.

Existe uma certa narrativa que se cria. Eu vejo, por parte, muitas vezes, dessa gestão - a Silvia vai concordar comigo - que coloquem que se a Prefeitura estimular parceria público-privada, em condição de moradia, isso vai aumentar a oferta de moradia. Daí o preço vai cair e pessoas vão ter onde morar. E não é assim que o processo acontece. A gente sabe que tem que pensar mecanismos para que as pessoas consigam adquirir essa moradia de uma forma que elas não vão se endividar para o resto da vida e que consigam, de fato, ter programa público de habitação.

Então, o Pode Entrar é um exemplo bom de um avanço nesse sentido. Eu acho que isso tem que ser discutido no plano diretor, tanto com a população da sociedade civil quanto pela Câmara, mas, no momento da Câmara, haver também a participação da sociedade civil.

É isso, Silvia. Queria aqui dar essas palavras, essas reflexões e lhe agradecer e parabenizar mais uma vez. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Tatá Silva, do MRFU, por três minutos.

A SRA. TATÁ SILVA – Boa tarde a todos, à Mesa. Eu sou a Tatá Silva. Eu trabalho com lideranças comunitárias. Sou líder comunitária de um bairro chamado Manacá da Serra. Faço parte do movimento de regularização fundiária e urbanismo. Eu não posso deixar de falar. Eu sou povo. Trabalho com comunidades, e eu fico assim pensando: “Quando será que a gente vai ter um espaço?” A Prefeitura não tem um espaço que possa receber os munícipes, a

sociedade civil, onde todos nós possamos inteirar? É triste eu chegar e ter que ficar numa outra sala. A gente já fica no extremo sul de Parelheiros. É difícil acesso a tudo, à água, à luz, ao saneamento básico e à regularização fundiária. E aí a gente chega aqui e há esse pequeno espaço para comportar a gente, como se a gente não merecesse um lugar amplo, onde a gente pudesse sentar e todos serem ouvidos. Então, eu quero saber onde vai caber a gente aí nesse processo, nessa revisão de plano diretor, porque, se não conseguem nem nos colocar num espaço onde a gente possa ser acomodado, imaginem dentro de uma revisão de um plano diretor. (Palmas)

Então, eu queria deixar isso claro aqui. Eu não posso ir para a minha casa, com as pessoas com acordaram às 5 horas da manhã para estar aqui, e chegaram e não podem estar aqui juntos. Nós somos comunidade, nós somos povo. E eu, como povo, estou aqui para dizer que a gente precisa de regularização fundiária, e essa revisão tem que tratar isso seriamente. Tem que estar dentro dela, porque dizem sempre assim: “Ah, você mora num bairro irregular, você mora numa invasão ou você mora numa ocupação.” Mas e aí? Quando um projeto habitacional de verdade vai acontecer nesta cidade, quando vai discutir moradia social de verdade? Porque nós lá estamos discutindo como as pessoas vão ficar dentro dos seus barracos. Lá, na periferia de Parelheiros, a gente está discutindo como as pessoas vão ter comida no dia seguinte para comer. O pouco que elas têm é uma casa, um barraco de madeira e, todo dia, o Poder Público está lá para tentar tirar essas famílias.

Então, essa revisão vai atender a gente? Vão discutir realmente regularização fundiária e regularização dos bairros consolidados? Dizem que não vão regularizar o bairro de 2016 para cá. Só que há bairros, em Parelheiros, que são de 87, e não há esgoto. Há um bairro chamado Emburá, que está lá há 40 anos e não há água para se beber.

Então, vamos falar a coisa como tem que ser falada, e tratá-la como realmente deveria ser tratado. Não é com números, é com realidade. E a minha realidade, a realidade das periferias e a realidade dos bairros que eu acompanho, Exma. Vereadora - é uma honra ver uma mulher sentada - é tratando de problemas da comunidade, tratando de revisão de plano diretor.

É esse lugar onde as mulheres têm que estar, porque elas são humanas e conseguem ver a coisa de outra amplitude.

Então, eu quero saber isso: “Quando que nós vamos sentar para discutir os problemas realmente da cidade?” Chegar lá e dizer: “Vocês vão sair daqui a quinze dias - não é tratar moradia. Isso é se livrar da gente, e nós não vamos mais permitir que isso aconteça. (Palmas)

Há Vereadores que foram eleitos e vão assumir em janeiro. Não Vereadores, Deputados. E daqui um pouquinho, os Vereadores de novo.

Eu gostaria muito que os avisos de audiências públicas importantíssimas como essa fossem passadas em horário nobre, nos canais de televisão e que, em cada ponto dessa cidade, houvesse gente discutindo audiências públicas, discutindo o plano diretor, porque eu discuto moradia todo dia. Todo dia eu fico preocupado com alguém que vai para a rua. Todo dia há uma reintegração de posse ou um bairro irregular que alguém está tentando se livrar de nós. Então vamos discutir realmente projeto habitacional para esta cidade, mas vamos discutir projeto habitacional para Parelheiros, para Capela do Socorro, para todas as periferias desta cidade, porque enquanto esse povo não tiver moradia ele não vai querer outra coisa, não. Porque quando a gente tem moradia digna, sabe o que não tem nessa moradia? Sabe o que não tem lá? Não tem água, não tem esgoto, não tem comida, não energia. A única coisa que ele tem é um barraco ou uma casa onde aquilo que a gente tem como de direito não é assistido nem garantido. Porque na lei está, só não está dentro desta Casa para discutir e aprovar.

Há 15 anos eu luto por moradia diretamente e eu continuo num bairro irregular em Parelheiros, e só tenho água, esgoto e outras coisas porque um juiz determinou, porque o próprio poder público não foi lá fazer se não tivesse uma ação para fazer com que ele fizesse.

Então, olha, vamos se juntar. Tem um versículo da *Bíblia* que diz “um ao outro ajudou e disse ‘esforça-te’”. Primeiro eu tenho que ajudar esse moço para depois pedir para ele se esforçar. A gente precisa se juntar para discutir moradia e para mudar as realidades que lá estão. Aqui tem pessoas que lutam todos os dias por moradia, que lutam todos os dias para que seus

direitos sejam garantidos.

Eu quero agradecer e pedir desculpas para aqueles vieram comigo, que mais uma vez ficamos de fora dessa discussão aqui na sala, não na sala ao lado. Eu não estou nesta vida para ficar na sala ao lado, eu estou para discutir a coisa diretamente e buscar caminhos e mecanismos para mudar a realidade desta Cidade e das periferias que eu moro e defendo com a minha própria vida.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Tatá.

Só informando que nós procuramos uma sala maior, um salão maior, mas o único que dia que nós conseguimos foi este dia, que era o melhor dia inclusive porque não dava para ficar muito depois em dezembro, e só tinha esta sala disponível. Aliás, na verdade esta sala foi objeto de disputa, outros eventos queriam estar aqui e nós falamos “não, vamos assegurar esta”. Mas o ideal, obviamente, era que fosse uma sala maior, então peço desculpas. A responsabilidade não é exatamente nossa, mas em nome da Câmara eu peço desculpa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim, é que nenhuma outra sala maior estava disponível.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim, mas nós procuramos uma sala maior, esta foi a única sala que a gente tinha para este horário, e peço desculpas às pessoas que ficaram fora da sala. (Palmas) Obrigada.

A última era a Juliana Leal, mas ela abriu mão, então nós temos um último que é o Vezio Nardini, da Associação Amigos da Gabriele D’annunzio. Três minutos.

O SR. VEZIO NARDINI – Bom dia a todos.

Eu sou engenheiro, sempre, desde pequeno, morei nesta cidade, estou há mais de

50 anos no meu bairro. Eu entendo que o Plano Diretor é uma coisa bastante grande, a Cidade é enorme. Eu entendo que os problemas que o Plano Diretor deve agravar são sérios, são grandes. As falas anteriores demonstraram isso.

Eu peço desculpa se eu venho aqui como um probleminha muito pequeno, muito particular, mas é um probleminha que só pode ser resolvido pelo Plano Diretor. Eu também reclamo que eu só soube ontem desta reunião por um vizinho, ele me comunicou: “Olha, tem essa Comissão lá, o nosso representante da rua, do bairro, não vai poder ir, você poderia ir?”. Eu me prontifiquei e em cima da hora eu vim.

Já tive uma experiência anos atrás, alguém lembrou que foi em 2014, numa audiência similar a esta na Subprefeitura de Santo Amaro, onde nós fomos e eu até falei na ocasião sobre o problema do nosso bairro.

Eu sou do Campo Belo e estou praticamente há 50 anos morando no Campo Belo. É um bairro que talvez seja semelhante a Pinheiros. Em consequência da especulação imobiliária da Operação Urbana Água Espreada, os antigos moradores foram gradativamente sendo expulsos do bairro e hoje é um paliteiro de prédios de 30 andares lá, e praticamente sobraram pouquíssimas casas entre os prédios.

Já em 2014 a gente foi lá a Subprefeitura em Santo Amaro reclamar e pedir a regularização de uma série de empreendimentos comerciais que já havia no bairro, que na época estavam infringindo o Plano Diretor, porque aquela zona não era comercial. Na minha rua, a Gabriele D’annunzio, eu me lembro que...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor. Infelizmente não temos mais tempo.

O SR. VEZIO NARDINI – Okay. No resumo, sobraram poucas residências, de um quarteirão para outro a legislação é diferente, uma área é comercial, outra área não é comercial. A minha casa no 1.082 é estritamente residencial, na casa da frente, 1087 já pode fazer qualquer coisa.

Eu pediria que os técnicos que cuidam desses zoneamentos fossem um pouco mais

criteriosos e olhassem um pouco para o futuro. A reclamação nossa, que a gente fez em 2014, só atendeu o comércio que já estava estabelecido. Aquela área hoje já está superlotada e já não há mais meios de expandi-la. Foi criada uma série de prédios residenciais ali, que demandam serviços que os outros, as poucas casas que sobraram não podem atender de acordo com a legislação. A gente pediria que a rua inteira, ou zonas inteiras tivessem uma legislação homogênea, e não mudar de uma calçada para outra. Não sei se faz sentido. Na minha lógica de engenheiro, do jeito que está é irracional. (Palmas)

Obrigado. Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Vezio.

Nós conseguimos que todas as pessoas que se inscreveram, tanto *on-line* quanto presencial, foram chamadas. Algumas estavam *on-line* e não se manifestaram, mas todas foram chamadas para falar nesta audiência.

Quero passar agora para os convidados da Mesa fazerem as suas considerações finais, Primeiro o Toni, depois a Patrícia e o Secretário Adjunto. Vamos lá, Toni.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Bom, gente, vou ser super-rápido, tenho que ser, por causa do tempo, mas em primeiro lugar eu gostaria de declarar como eu estou emocionado mesmo de ter ouvido falas tão potentes como... todas foram, mas a da Tatá é de uma potência que eu acho que revela como os vencidos não podem continuar sendo vencidos e apagados da história oficial.

Essa história que está sendo narrada até agora sobre o plano diretor é uma história oficial de vencedores, de quem tem falado que é desse jeito que está sendo bom e está sendo maravilhoso. Nós temos corpos humanos das maiores diversidades nos lugares de São Paulo falando “não está”. E nós não podemos ser invisibilizados e ditos não, mas eles só falaram isso, elas só falaram isso.

Nós temos vivência, nós temos legitimidade, nós temos direito porque somos cidadãs, cidadãos, todos, de mudar esse processo. E esse processo não pode ser só a versão do projeto de lei, como o Moreirão falou. E o mais doido disso é que há um ano, desde que eu

estou lá, tudo que de alguma forma foi dito de forma muito mais potente já era enunciado por nós nos conselhos. Nós falávamos: as moradias que estão sendo produzidas em Pinheiros estão sendo para especulação financeira, para quem consegue comprar 25 mil reais o metro quadrado, não estão sendo para quem está em habitação precária em cima de córrego. E nada disso mudou. A gente falou: os parques não vão sair do papel. Nada mudou.

E tudo isso, fosse de exclusão, fosse da falta de linguagem acessível, a gente falou disso. Essa linguagem é técnica demais, essa linguagem é para afastar. A gente falou sobre saúde pública, a gente teve uma pandemia e não bastou para mudar a posição dos funcionários públicos que conduzem essa revisão para olhar com empatia quem estava morrendo até ontem, morrendo dentro de hospital.

Como é que pode não ter mudado nada na cabeça das pessoas? Ou será que elas são orientadas pela ganância? É só isso que serve? E aí a gente tem um problema, porque todas as pessoas, na hora que a gente fala isso, nos desqualificam, elas falam que ou a gente reclama demais, ou... A gente fazendo um pacto. Não dá, isso não é pacto, isso é imposição autoritária.

A gente não pode continuar ouvindo a história oficial e continuar aceitando essa versão, porque quando reproduz na imprensa, a imprensa também não é uma gente neutro, a imprensa também é financiada por indústria automobilística, por banco que financia as construções especulativas nos bairros centrais, empurrando a população sem renda para as... Isso está acontecendo em Londres, isso está acontecendo em todas as cidades grandes do Planeta, em Nova Iorque.

Então, para concluir, o que a gente precisa é pensar democracia a partir do nosso território, da nossa base, da nossa terra. Isso chama plano de bairro, isso chama democracia deliberativa dentro dos conselhos de bairros, porque senão vai ser uma farsa da história oficial.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Toni.

Passo agora para a Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA SARAN – Obrigada, Vereadora. Bom, primeiro eu quero

agradecer, assim como colocado aqui, a presença de todos vocês, todas e todos vocês aqui hoje, todas as contribuições, todas as manifestações.

Algumas pessoas daqui já me conhecem há mais tempo. Eu sou uma entusiasta da participação social e é sempre um desafio realizá-la, medi-la, avaliá-la. E o que eu percebo é que a gente precisa de motivação, a gente precisa de credibilidade, a gente precisa de vínculos. Quando eu retorne para a Secretaria, que eu assumi a continuidade desse processo participativo, eu percebi muitos vínculos quebrados, e a gente foi num processo de reconstrução.

Tem várias coisas, mas eu vou pegar até a fala da Vereadora Luana Alves agora no finalzinho, que ela fala que a participação social não acontece do dia para a noite, que ela não é rápida e que a Câmara precisa ter uma agenda forte, uma agenda de discussão intensa também. Nessa linha, eu percebo os processos participativos numa construção ascendente e que muitas vezes aponta alguns percalços.

Como a própria Tatá colocou da dificuldade de espaços, às vezes reserva um espaço grande e tem poucas pessoas, às vezes a gente reserva um espaço pequeno e tem muitas pessoas. O Sr. Vezio falou que ontem soube da audiência e a gente questiona os canais de comunicação, como que um sabe, que o outro sabe. Quem gosta de participar e discutir... Falaram muito da questão da aula, o Prof. Toninho Vespoli falou da importância do vínculo, da vontade de gostar da discussão pública, de falar de política pública. Eu me volto para a minha família e falo “Quem vai na audiência? Quem quer participar? Contribuam com as questões”. Ninguém se envolve. É uma dificuldade muito grande, então o desafio da participação parte daí.

E a Beatriz falou uma coisa importante, que eu valorizo muito e que também outras pessoas colocaram, que é da questão do fortalecimento dos órgãos de controle, dos conselhos de controle social da Cidade. O Plano Diretor de 2014 trouxe isso fortalecido, muitos outros conselhos foram instituídos, alguns se desfizeram, como no caso do Cepop, alguns outros pontos. Eu trabalhei muitos anos com o conselho e eu vejo que um bom conselho, um conselho ativo tem uma secretaria executiva forte, tem uma organização interna forte. Talvez isso falte um pouco ainda para o Executivo, para a Prefeitura se aprimorar.

A gente até fez uma rodada de diálogos com diversos conselhos onde a questão das pautas dos conselhos foi um pouco apontada. Por outro lado, houve uma receptividade muito positiva no momento que a Secretaria solicita a inclusão de pauta para falar para os colegiados, para os eleitos, para os representantes. Então esse movimento da Secretaria, do planejamento e da participação social em busca dos conselhos é porque foi identificado esse enfraquecimento. E a gente precisa mudar esse quadro, a gente precisa reverter isso, então o respeito aos conselhos, os retornos, a organização.

Eu vi muitas questões aqui que refletem um pouco já da ansiedade do retorno da Prefeitura quanto às contribuições já colocadas, quanto às agendas já realizadas. Nós já estamos há meses realizando diversas agendas e a ideia de elas serem diversificadas, umas virtuais, umas presenciais, umas à noite, umas de final de semana, umas durante a semana, que é quando os próprios conselhos funcionam, é justamente para a gente buscar atender os diversos públicos.

Inclusive da linguagem, tem momentos que a gente tem uma linguagem mais próxima para a gente tentar decifrar as diversas siglas que a gente tem na legislação urbana, que é complexa. Quando a gente fala de planejamento urbano, na cidade de São Paulo, que tem dimensões de um estado, a gente ouve muito o desejo do plano de bairro, que talvez esse seja o Plano Diretor que a pessoa quer discutir, porque é onde ela materializa a necessidade dela, ela georreferencia, ela fala da esquina, ela fala do lote.

E a gente está falando de uma situação que uma política implementada para a região rural da Cidade vai impactar tanto Parelheiros quanto Perus, quanto o extremo da zona Leste, que têm características muito diferentes. Então é um desafio para a gente fazer a participação. A gente conta com um diálogo do Conselho Municipal de Política Urbana, a gente apresentou algumas propostas. No começo a gente teve um pouco mais de participação. Eu lembro que inclusive o próprio Toni Zagato pediu para a gente incorporar o Conselho Municipal de Saúde nessa rodada de agendas. A gente primeiro conseguiu um comitê e o próprio comitê pediu para levar no plenário e a gente vai retornar isso para todos eles. Enfim, é um exercício contínuo.

Eu reforço, para os diversos professores e acadêmicos que tem aqui, a importância de a gente ter uma formação da sociedade com a dinâmica da participação social, talvez na educação de ensino médio, para que os alunos aprendam quais são os caminhos, quais são as instâncias em que ele deve se informar, desde *sítes* até mesmo a própria subprefeitura, que muitas vezes as pessoas não sabem como pedir uma poda de árvore, ou como pedir que seja construída mais um telecentro no território onde elas moram porque elas precisam de inclusão social. Essa formação, esse conjunto de atos continuados vão fortalecer as instâncias já existentes de participação social e vão refletir nos processos participativos que a gente segue fazendo.

Acho que é isso, Vereadora. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Patrícia.

Passo rapidamente às conclusões do Secretário-Adjunto.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigada, Vereadora.

Quero falar rapidamente de algumas questões que eu tive oportunidade e o prazer de ouvir nesta audiência. Primeiro agradecer a oportunidade da Câmara dos vereadores através do convite da Vereadora Silvia de estar aqui para ouvir e receber as diversas contribuições colocadas para esse processo de revisão intermediária do Plano Diretor.

O nosso papel, hoje, é a de fazer essa revisão intermediária.

Uma série de questões que foram colocadas são muito importantes, mas, provavelmente, não estão ligadas e incluídas no Plano Diretor. O que eu quero dizer é que ele não é um remédio que resolve tudo. Ele dá diretrizes para o desenvolvimento humano da cidade. Estamos focados nessas diretrizes. É um trabalho técnico.

A Secretaria fez na sua forma de comunicação, no site, quase que diária, uma explicação - o que foi muito falado - aqui sobre a compreensão dessa técnica de planejamento urbano. No site da Secretaria, há uma espécie do que a gente poderia chamar de cartilhas que explicam essa tecnicidade do Plano Diretor.

Acho que a gente sempre pode aprimorar e melhorar. Temos buscado todos os

canais de participação, tais como audiências, oficinas on-line ou presencial, porque, pela orientação da Secretaria, por seu Secretário Marcos Gadelha e do Prefeito, é a de que essa participação social seja o mais ampla possível, e, por isso, estamos aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Eu estou sendo totalmente sincero.

- Manifestação fora do microfone. (Palmas)

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Obrigado, Renata. Eu respeito sua opinião. Estou aqui, como estava dizendo, para ouvir, respeitar as contribuições que estão sendo dadas e as reivindicações que estão sendo colocadas. Isso não é mentira. Isso é verdade. Para isso, eu estou aqui por orientação da Administração da Gestão Municipal.

Eu quero concluir como seguinte: a discussão que uma audiência como esta coloca, expõe, como foi dito – acho que a própria Vereadora Silvia falou isso no começo -, abre o contraditório. Então, nós ouvimos opiniões a favor do Plano Diretor; opiniões contra o Plano Diretor; a favor do adensamento e contra o adensamento.

É nosso papel, como Executivo, ouvir e conseguir e formular uma direção a partir dessas diferentes proposições colocadas nos espaços que a gente abre.

Foi colocado que questões importantes, tais como a questão da importância do HIS, importância da abordagem ambiental no Plano Diretor, que quando foi feito não havia essa pauta tão colocada que hoje a gente deve considerar.

Essas são as questões que, agora, na fase de proposição, nós estamos elaborando.

Eu agradeço a participação de todos; a oportunidade da Câmara para poder falar e ouvir, principalmente, ouvir a contribuição de todos. E me coloco, bem como a Secretaria à disposição da Câmara e de todos vocês para qualquer dúvida que possam ter.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Eu vou fazer o encerramento agora. Nós estamos para o final da audiência. Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas a todas as pessoas que não puderam participar da

audiência nesta sala, que não puderam se sentar em cadeira, porque não conseguimos uma sala maior para este dia e horário. Então, quero pedir mil desculpas, porque há bastante inconveniente quanto temos que ouvir uma audiência de outra sala e, também, quando entrar, não poder se sentar.

A responsabilidade não é exatamente nossa, mas é do coletivo que não tinha outro espaço para abrigar, e o problema de termos bastante gente é bom, porque queremos que a Câmara esteja sendo ocupada pelo povo, com a cara do povo. (Palmas)

Primeiro, quero pedir as desculpas. Em segundo lugar, quero agradecer à Frente São Paulo pela Vida que não só reivindicou essa audiência, mas, também, que organizou, mobilizou e trouxe as pessoas para que esta audiência fosse bastante participativa.

Assim como esta audiência foi participativa, a nossa luta na Câmara é para que a revisão do Plano Diretor seja bastante participativa. Acho que ficou muito evidente pelas falas das pessoas, organizações e movimentos que existe uma insatisfação com as participações até agora. Então, a gente participa; o Executivo participa das audiências para falar, mas, principalmente, para ouvir, quando se ouve também se modifica aquilo que anteriormente estava posto. O ouvir significa modificar, transformar aquilo que está ocorrendo daqui para frente.

Então, a gente espera que nesta audiência pública, a partir das demandas que foram colocadas para mais participação popular, que haja mudanças sendo pensadas já sobre esse diagnóstico e essa minuta que vão chegar, e, nós, da Câmara, também temos responsabilidade, porque, quando chegar o projeto de lei, temos que lutar com a população para que existem muito mais audiências públicas, principalmente, na periferia. (Palmas) O ideal é que haja uma audiência pública por Subprefeitura. Nós temos 32 Subprefeituras. Vamos ver como podemos aprimorar para termos uma quantidade de audiências públicas suficientes para que o projeto de lei chegando aqui também possa ser modificado a partir dessa participação nas audiências.

Vai ter um processo muito rico daqui para frente, porque o projeto está para chegar até o dia 31 de dezembro. Do dia que chegar até o dia em que se vota não dá para ser rápido; vai ter que escutar a população.

Então, acho que esta audiência está servindo para mostrar para o Poder Executivo que a população quer opinar e modificar, quer ser ouvida, que as suas demandas sejam incluídas no Plano Diretor. O Plano Diretor assim como o povo tem que estar no orçamento, tem que estar no Plano Diretor.

Que o povo esteja no orçamento através do Bolsa Família – que a gente está lutando para que esteja, um bom aumento do salário mínimo, mas, também, que esteja presente no Plano Diretor porque a gente quer uma cidade com a cara do povo, maioria da população (Palmas).

Queria agradecer aos trabalhadores da Câmara, da comissão: Elaine, Cido e Inamar.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde. (Palmas)
